

VOL. 4, N. 1/2024

AMB
Associação dos
Magistrados
Brasileiros

AMB

ISSN 2965-7237

O NOVO CAPÍTULO DA HISTÓRIA

DIRETORIA DA AMB ENTREGOU
IMPORTANTES VITÓRIAS DA LUTA
ASSOCIATIVA À MAGISTRATURA
BRASILEIRA NO PRIMEIRO ANO DE GESTÃO



TRATADO DE ITAIPU 50 ANOS

**A AMIZADE QUE,
DÉCADA A DÉCADA,
MAIS GEROU ENERGIA
LIMPA E RENOVÁVEL
NO MUNDO.**

Da amizade entre Brasil e Paraguai, nasceu um marco diplomático para o mundo. O início da maior usina geradora de energia limpa do planeta, que realiza obras e ações que fazem a diferença na vida de milhões de brasileiros e paraguaios.

**MAIS DE 2,9 BILHÕES DE MEGAWATTS-
HORA GERADAS ATÉ HOJE**

**QUANTIDADE SUFICIENTE PARA ABASTECER
TODO O PLANETA POR 46 DIAS**



CARTA AOS LEITORES

Um ano depois de assumir a gestão da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), a atual diretoria encontra-se em um momento de celebração, dados os resultados colhidos em 2023, graças à cooperação com dirigentes das Associações regionais e o conjunto da Magistratura. A AMB é uma entidade cada vez mais engajada na defesa das prerrogativas e na valorização da carreira, ciente de que essas iniciativas impactam positivamente o Sistema de Justiça e contribuem para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional.

O nosso projeto sempre foi a união em prol das mudanças necessárias para a superação dos problemas que afligem o Judiciário. Em razão desse esforço de convergência, intensificamos o diálogo com Deputados Federais e Senadores, nos estados, e com autoridades dos Três Poderes, em Brasília. As consequências foram a aprovação e a sanção do projeto de lei que reajustou o subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e a votação e promulgação da PEC da Permuta – avanços consideráveis, que, ao passo que recompensam pela dedicação, estimulam a continuidade da empreitada.

Também podemos mencionar o projeto de lei, já chancelado pela Câmara, que reconhece a Magistratura como atividade de risco, trazendo segurança àqueles que arriscam a própria vida para garantir a prevalência da lei. O cenário vigente – em que metade dos Juizes enfrenta ou já enfrentou situação de ameaça – é absurdo e insustentável. A expectativa é a de que o relator da matéria na CCJ, Senador Weverton Rocha, apresente seu parecer ainda no primeiro semestre de 2024.

Agora, redobramos a atenção sobre a PEC 10/2023, que institui a valorização por tempo de exercício da Magistratura, promovendo uma reestruturação na carreira que faz justiça à antiguidade na função. Como o texto já tem relatório favorável do Senador Eduardo Gomes, é imprescindível, neste momento, a conscientização dos demais parlamentares.

No âmbito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), obtivemos a aprovação da resolução que reforça a equiparação constitucional de direitos e deveres entre a Magistratura e o Ministério Público, a fixação de um piso de reembolso dos gastos referentes às despesas médicas e à garantia do auxílio-creche a todos os Juizes do país. Outra conquista significativa foi a criação do Programa de Preparação à Aposentadoria e de Valorização dos Magistrados Aposentados, que incentiva a participação de Juizes aposentados nos Tribunais.

Nas próximas páginas, o leitor encontrará reportagens que retratam o dia a dia da AMB e revelam um pouco do trabalho realizado. Por meio da leitura e do compartilhamento dessas informações, consolidaremos a aliança da Magistratura – que tantas vitórias viabilizou ao longo dos últimos meses.

Em 2024, reforçar a colaboração com as entidades parceiras e as Associações regionais será essencial para alcançarmos novos horizontes. Privilegiaremos o relacionamento construtivo com todas as esferas do poder e a sociedade civil. Nossa missão permanecerá inalterada: fortalecer a Magistratura, não só como carreira pública, mas, sobretudo, como coluna fundamental do Estado Democrático de Direito.



Frederico Mendes Júnior

Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)

**CONHEÇA
A AMB**



amb.com.br



[@magistradosbrasil](https://www.facebook.com/magistradosbrasil)



[@magistradosbr](https://twitter.com/magistradosbr)



[@magistradosbr](https://www.instagram.com/magistradosbr)



[AMBMagistrados](https://www.youtube.com/magistradosbr)



[magistradosbrasil](https://www.telegram.com/magistradosbrasil)



FOTO: CÂMARA DOS DEPUTADOS

6 **AMB EM NÚMEROS**

As articulações da nova Diretoria junto aos Poderes em prol do fortalecimento da missão jurisdicional

8 **CONQUISTAS PARA A MAGISTRATURA**

Em apenas um ano, gestão da AMB fecha 2023 com importantes vitórias da luta associativa

14 **VINHO & PROSA**

Chablis: a expressão máxima da uva Chardonnay

16 **NOVA ASSOCIADA À AMB**

Confira a entrevista exclusiva com a Ministra Daniela Teixeira (STJ)

18 **ASSOCIATIVISMO**

Saiba quais foram as lideranças eleitas ou reeleitas para o biênio 2024/2025

22 **ENCONTRO COM O PODER JUDICIÁRIO**

Presidente do STF, Ministro Luís Roberto Barroso, renova compromisso com a valorização da carreira de Juiz

25 **+ CULTURA**

Aproveite as dicas dos Magistrados sobre série, livro e podcast

26 **PEC 10/2023**

Diretoria da AMB garantiu a inclusão de Magistrados aposentados e pensionistas

30 **ATIVIDADE DE RISCO**

PL 2191/2023, que trata da segurança para a Magistratura, deve ser votado nos próximos meses no Senado

32 **AMB EM AÇÃO**

Acompanhe as ações da entidade em prol das prerrogativas da carreira

SUMÁRIO

34 DESTINO CERTO

Road trip é a oportunidade para quem deseja curtir as belezas naturais e fazer descobertas

36 CIDADANIA E INCLUSÃO NO INTERIOR DO BRASIL

Programa de ofertas de serviços públicos, incluindo judiciais, à população se expande pelo interior do Piauí

38 PACTO PELA EDUCAÇÃO

Acordo de cooperação entre AMB e Câmara dos Deputados leva cidadania às escolas brasileiras

40 ENAJE

Saiba quando e onde será a 8ª edição, que debaterá o futuro da jurisdição

42 NOVA PESQUISA SOBRE POVOS ORIGINÁRIOS

Levantamento inédito realizado pelo CPJ da AMB destaca jurisprudência da Corte Superior entre os anos 2000 e 2022

44 ENM INOVA NA OFERTA DE CURSOS

Em 2024, a Escola quer ampliar o plano de internacionalização e de convênios com universidades estrangeiras

46 TEMPEROS DO BRASIL

Quer variar o cardápio? Confira as dicas de pratos que são sucesso de norte a sul do país

48 PELA DIGNIDADE HUMANA

Caminhada Negra e Enajun marcam a luta contra a invisibilidade da população afro-brasileira

52 CLUBE DE LEITURA DA AMB

Os clássicos marcaram o ano de 2023 com personagens complexos e enredos imprevisíveis e provocativos

54 MUSEU SEPÚLVEDA PERTENCE

Uma jornada histórica ao longo dos séculos do Judiciário brasileiro em prol de fazer justiça



FORAM DEZENAS DE CONQUISTAS PARA A MAGISTRATURA

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2023

LEGISLATIVO

+ de 235
reuniões com
Parlamentares

332
projetos monitorados
no Senado Federal

2058
projetos monitorados na
Câmara dos Deputados

+ de 50
documentos
técnicos produzidos

JUDICIÁRIO

+ de 150
processos tramitando
no CNJ

+ de 350
peças processuais
produzidas

+ de 25
sustentações orais

+ de 60
processos tramitando
no STF e TCU

+ de 215
memoriais entregues em
despachos com os
conselheiros do CNJ

ENM

+ de 740
Magistrados inscritos
em Cursos e Ações
Educativas

+ de 10
convênios nacionais

+ de 5
convênios
internacionais

+ de 480
certificados emitidos em
parceria com a PUC-RS

COMUNICAÇÃO

+ de 400
matérias publicadas nos
sites institucionais

+ de 13
artigos publicados
na imprensa

+ de 10.800
menções à AMB em
canais de comunicação
(rádio, tv, on-line, impresso)

INSTITUCIONAL

+ de 700
novos associados

+ de 150
reuniões realizadas
com a Diretoria

+ de 40
reuniões realizadas
entre o Jurídico e os
associados à AMB

CPI

3
pesquisas
concluídas*

3
pesquisas em
andamento**

*Perfil das Magistradas Brasileiras; O Perfil da Magistratura Latinoamericana; O que é desinformação no Judiciário brasileiro? Uma análise da jurisprudência dos tribunais superiores sobre as fake news.

** A Atuação Jurisdicional nos Crimes Relacionados ao Meio Ambiente; Diagnóstico sobre a Jurisdição do Transporte Aéreo no Brasil; Como decide o STJ sobre o direito das populações indígenas. ↗



DIRETORIA DA AMB ENTREGOU IMPORTANTES VITÓRIAS DA LUTA ASSOCIATIVA À MAGISTRATURA BRASILEIRA

Com pautas corporativas, a partir de planejamentos estratégicos, a nova gestão intensificou a articulação junto aos Poderes e abriu e ampliou diálogos a fim de dar celeridade às demandas urgentes da carreira

As necessidades da missão jurisdicional fundamentam as diretrizes da política estratégica da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). A partir de um plano tático, a Diretoria percorreu os gabinetes dos Poderes da República em prol da valorização da atividade do Juiz. Os resultados das ações institucionais vieram ao longo de um ano.

CONQUISTAS NO LEGISLATIVO

PERMUTA ENTRE JUÍZES DE DIREITO (PEC 162/2019)

Em um grande avanço para a Magistratura brasileira, o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional 130, que institui a possibilidade de permuta entre Juizes de diferentes tribunais, assegurando a isonomia entre as esferas da Justiça.

A Proposta de Emenda Constitucional nº 162, que deu origem à Emenda Constitucional 130, começou a tramitar no Congresso em 2019, por iniciativa da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

A Emenda Constitucional 130 passa a assegurar aos Juizes, por meio da adequação da redação do inciso VII-A art. 93 da Constituição, a possibilidade de movimentação no âmbito dos Tribunais de Justiça.

O texto institui a remoção a pedido ou a permuta entre Magistrados de comarca de igual entrância, a exemplo do que já ocorre com os Federais e do Trabalho.

No primeiro caso, a permissão é amparada pelo art. 107, parágrafo 1º, da Constituição; e no segundo, baseia-se na Resolução nº 103, de 23 de novembro de 2020, da Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária do Tribunal Superior do Trabalho (TST).



A MAGISTRATURA ENQUANTO ATIVIDADE DE RISCO (PL 4015/2023)

O Projeto de Lei (PL) 4015/2023, que reconhece a Magistratura como atividade de risco permanente, foi aprovado em agosto de 2023 pela Câmara dos Deputados. A proposta, que tramita há nove anos na Casa Legislativa, foi apresentada aos Parlamentares pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e busca garantir mais segurança aos Juizes e Juizas do Brasil. O Projeto estava apensado ao PL 996/2015, que altera o Código Penal para prever como homicídio qualificado aquele praticado contra membros do Ministério Público e da Magistratura, no exercício de sua função.

O texto do projeto também torna qualificado o homicídio praticado contra os membros da Magistratura e garante medidas de proteção aos Juizes, como o reforço na segurança orgânica, escolta, fornecimento de coletes balísticos e a blindagem de veículos. A proposição também prevê a vedação do vazamento de dados pessoais que possam colocar em risco a integridade física de Magistrados. Aprovada na Câmara, a proposta seguiu para a análise do Senado Federal.





VALORIZAÇÃO POR TEMPO DE MAGISTRATURA (PEC 10/2023)

A reestruturação da carreira é a principal meta da Diretoria da AMB. Em poucos dias de gestão, o corpo diretivo sugeriu ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Rodrigo Pacheco (PSD), a criação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 10/2023, que trata da valorização por tempo da Magistratura.

A PEC é um grande passo para a preservação das prerrogativas e dos direitos daqueles que atuam, diuturnamente, para garantir a Justiça do país. É o caminho para uma missão jurisdicional mais atrativa, que incentiva os Magistrados a continuarem no árduo trabalho de julgar.

A entidade movimenta-se para garantir a celeridade no andamento da Proposta, que aguarda votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal. A intensa articulação da AMB garantiu a inclusão de aposentados e pensionistas, independentemente do regime previdenciário ou da contribuição, no texto da Proposta de Emenda à Constituição. O texto acolheu a Emenda nº 19, de autoria do Senador Mecias de Jesus (Republicanos/RR), defendida pela AMB.

REVISÃO DO SUBSÍDIOS (LEI 14.520/2023)

A Lei 14.520/2023, que determina a recomposição remuneratória da Magistratura e demais servidores do Poder Judiciário, foi sancionada sem vetos. A norma foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União em janeiro de 2023.

O Projeto de Lei 2438/2022, que garantiu a recomposição dos subsídios, foi aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal no final de dezembro de 2022 e contou com intensa articulação da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e entidades filiadas. Em menos de 24 horas, o Congresso Nacional aprovou o reajuste de 18%.

De acordo com a Lei sancionada, a recomposição das remunerações segue o seguinte parcelamento: 6% em três parcelas - no dia 1º de abril de 2023, 6% em 1º de fevereiro de 2024 e 6,13% em 1º de fevereiro de 2025.



CONQUISTAS DO JUDICIÁRIO – CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ) E SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF)

SIMETRIA CONSTITUCIONAL ENTRE A MAGISTRATURA E O MINISTÉRIO PÚBLICO

A partir da atuação institucional da AMB junto às autoridades do Poder Judiciário, o CNJ aprovou resolução que reforça a equiparação constitucional de direitos e deveres entre as carreiras da Magistratura e do Ministério Público. A resolução foi de autoria do Presidente do STF e do CNJ, Ministro Luís Roberto Barroso, sendo aprovada em outubro.

À época, o Ministro Barroso salientou a importância da equiparação: “No arranjo institucional brasileiro, não se admite situação de inferioridade da Magistratura em relação ao Ministério Público. A questão se afigura simples, de mero cumprimento do texto constitucional”.

A aprovação foi uma vitória da AMB e da Magistratura, na medida em que contribui para reestruturar e valorizar a carreira.

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE SUPLEMENTAR

Após intervenções da AMB em luta pela reestruturação da carreira, o CNJ garantiu à Magistratura o direito ao piso de reembolso dos gastos referentes às despesas médicas, fixado 8% do subsídio como valor mínimo e 10% em valor máximo. A medida se aplica para que haja equidade entre tribunais, e, após a implementação do piso, todos foram cobrados para efetivação dos valores. É uma importante medida, considerando o aumento da idade dos Magistrados e a necessidade de maiores cuidados com a saúde.

Outra conquista importante foi a aprovação no CNJ da resolução que autoriza o acréscimo de 50% do reembolso das despesas de saúde nos casos em que o Magistrado, ou seu dependente, seja portador de deficiência, esteja diagnosticado com doença grave ou tenha mais de 50 anos.

Pelas novas regras, os tribunais poderão, nos casos acima, instituir acréscimo de 50% sobre o valor apurado do reembolso com as despesas médicas. Os valores não se sujeitam ao limite máximo de 10% do subsídio e não são cumulativos.





AUXÍLIO-CRECHE

Outra grande conquista junto ao CNJ foi a garantia do auxílio-creche, também conhecido como “auxílio pré-escolar”, a todos os Magistrados brasileiros. A decisão foi tomada no âmbito de um Pedido de Providências ajuizado pela Associação de Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris) contra o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, e teve atuação da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), que pedia o reconhecimento do benefício a todos os Magistrados brasileiros. A medida também foi motivada pela necessidade de organização da carreira e promoção da equidade entre tribunais de todas as regiões do país, já que não era um benefício de amplitude nacional.

APOSENTADORIA DE MAGISTRADOS

Em outubro, o CNJ aprovou resolução que cria o Programa de Preparação à Aposentadoria e de Valorização dos Magistrados Aposentados. A medida contou com a interlocução e apoio da AMB e tem entre seus pontos principais a regulamentação para que tribunais promovam a participação de Magistrados aposentados em suas estruturas, com a definição de atividades específicas em diversas áreas. O programa especifica que os aposentados poderão receber os mesmos benefícios auferidos pelos da ativa, decorrentes do exercício dessas funções, e que os tribunais poderão criar bancos de dados dos interessados em participar.

Entre essas atividades constam conciliador ou mediador; instrutor de Juizes vitaliciandos; membro de comissões examinadoras de concursos; integrante de grupos de trabalho, comissões ou comitês de auxílio à gestão administrativa; auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça nas atividades de inspeção e de correição, entre outras atividades. Os critérios e condições dessa participação facultativa serão definidos pelos tribunais.

Outro ponto autoriza a participação de Magistrados aposentados em cursos na condição de discente ou docente dos cursos oferecidos pela Enfam, Enamat, Cejum, pelas escolas judiciais e pelas escolas de Magistratura com atuação delegada.

SUSPENSA A IMPOSIÇÃO DE NÚMERO MÍNIMO DE AUDIÊNCIAS

Em 2023, a AMB atuou para que fosse suspensa a imposição de número mínimo de audiências por Magistrado por semana. A questão foi suscitada a partir do Ofício Circular nº 36 da Corregedoria do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Reunião (TRT-1), determinando aos Juizes a adoção de 40 audiências por semana. A partir disso, a AMB ingressou no recurso administrativo interposto pela Associação dos Juizes do Trabalho (Ajutra) questionando a imposição de quantidade mínima de audiências. A AMB ingressou no feito na qualidade de terceira interessada, destacando os problemas do excesso de casos novos por Magistrado; a dificuldade de vencer a distribuição; as peculiaridades de cada unidade jurisdicional; e a necessidade imperativa de se resguardar a autonomia dos Juizes na gestão de sua unidade jurisdicional. A atuação da AMB e da Ajutra foi bem-sucedida e o Órgão Especial do TRT-1 votou por unanimidade pela suspensão da imposição do número mínimo de audiências.



EXTINÇÃO DE ATO QUE LIMITAVA GASTO DO PODER JUDICIÁRIO

Vitória relevante foi obtida pela AMB no Supremo Tribunal Federal (STF) referente a dispositivo aprovado pelo estado do Ceará que limitava a execução orçamentária da folha de pessoal do Poder Judiciário e do Ministério Público Estadual.

A AMB ajuizou a reclamação, com pedido de liminar, em iniciativa conjunta com a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp). Na reclamação, a AMB argumentou que o dispositivo, por não ter contado com a devida participação das instituições interessadas, violava a autonomia financeira constitucionalmente assegurada ao Poder Judiciário e ao Ministério Público.

O relator do caso, Ministro Luiz Fux, considerou inconstitucional a edição da LDO para 2024 – contendo o dispositivo que limita a execução de despesas em folha complementar do Poder Judiciário e do Ministério Público Estadual.



FOTO: FELLIPE SAMPAIO/SCO/STF

GARANTIA À SEPARAÇÃO ENTRE OS PODERES

Outra conquista no STF foi obtida pela AMB na ADI 4859, relatada pelo Ministro Luís Roberto Barroso. A ação foi ajuizada pela AMB em 2012 em face de lei estadual que impôs ao Poder Judiciário contribuir para o Fundo de Previdência do Estado do Piauí, em 35% da folha de pagamento. A AMB argumentou que houve violação ao princípio da separação de Poderes e descumprimento à independência e autonomia do Poder Judiciário. A ADI foi julgada parcialmente procedente na sessão virtual de março de 2023, com acórdão publicado em 28 de março de 2023. Na decisão, o STF julgou conhecer parcialmente a ação direta e, nessa parte, julgou parcialmente procedente o pedido, para declarar a inconstitucionalidade do art. 7º da Lei Complementar nº 39/2004 do Estado do Piauí.

ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO (ATS)

Um ganho importante para a Magistratura a partir da atuação ativa da AMB ocorreu nos últimos dias de 2023. Em meados de dezembro, o Ministro Dias Toffoli acolheu pedido da AMB e cassou o acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) que suspendia a eficácia das decisões do CNJ e do CJF. Entre os efeitos do acórdão do TCU estava a suspensão dos pagamentos do adicional de tempo de serviço (ATS), que haviam sido reintroduzidos nas folhas de pagamento.

A fim de suspender os efeitos do acórdão do TCU e assegurar a permanência do ATS, a AMB solicitou ao Ministro Dias Toffoli o ingresso no feito como *amicus curie* em mandado de segurança que questionou a competência do TCU para suspender decisões do CNJ e do CJF. O pedido da AMB, apresentado conjuntamente com a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), teve o objetivo de reforçar o posicionamento de que decisões tomadas pelo CNJ revestem-se de caráter nacional e não podem ser revistas pelo TCU. Ao fim, o Ministro acolheu o pedido da entidade.

JUIZ DE GARANTIAS

Em agosto do ano passado, o STF anunciou a constitucionalidade do “Juiz de Garantias”, mas dentro das ressalvas apontadas pela AMB em sua Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI). Com isso, apenas três dos 26 dispositivos da lei original foram mantidos e com os tribunais de justiça detendo o papel fundamental na regulamentação jurídica.

A oficialização do “Juiz de Garantias” a partir das ressalvas apontadas pela entidade fez com que as regras de funcionamento da nova figura jurídica fossem formuladas considerando a realidade de cada tribunal e o prazo factível de 12 meses para implementação.



vinho
& prosa

CHABLIS

A EXPRESSÃO MÁXIMA DA UVA CHARDONNAY

Por Débora Cassiano Redmond

Juíza de Direito do TJ-PR. Entusiasta. Sommelière formada pelo Centro Europeu de Curitiba. WSET Level 2 Wine Course com excelência

Na coluna Vinho&Prosa, levaremos vocês, leitores, a uma das regiões mais elegantes do mundo para falar sobre o vinho branco francês, elaborado 100% com a uva Chardonnay, reconhecido pela pureza de sabor e aroma e que, não à toa, se tornou o queridinho dos brasileiros.

A REGIÃO DE CHABLIS

A comuna de Chablis fica no meio do caminho entre Paris e Beaune, é a porta de entrada para a Borgonha. Para ser mais precisa, Chablis está a 186 km de Paris, ao norte da Borgonha.

A viticultura na região remonta ao século XII, sendo as primeiras videiras da uva Chardonnay plantadas pelos monges da Ordem Cisterciense que habitavam a Abadia de Pontigny. Durante o século XV, a região de Chablis foi integrada ao Ducado da Borgonha, época em que os vinhos eram exportados para as regiões de Picardy, no norte da França, e de Flanders, na Bélgica. Já no século XVII, a Inglaterra representava o maior mercado de exportação para os vinhos Chablis, situação que perdurou durante todo o século XVIII.

Contudo, durante a segunda metade do século XIX, os produtores de Chablis foram muito afetados pelo ataque da praga filoxera, a ponto de – para se ter uma ideia – restarem apenas quinhentos hectares de vinhedos em Chablis. A recuperação da região somente foi possível durante a década de trinta, com a instituição da Apelação de Origem Controlada (A.O.C.) de Chablis em 1938, que definiu a uva Chardonnay como a única variedade permitida.

Com a região recuperada e mundialmente reconhecida, atualmente os vinhedos de Chablis estendem-se por 6.800 hectares, sendo 4.900 produtivos, que abrangem 20 vilarejos.

O solo é quase exclusivamente o de argilo-calcário, formado há 150 milhões de anos, repleto de pequenas conchas e ostras fossilizadas. Nele, encontramos fósseis de enormes caramujos pré-históricos de até 30 centímetros.

Embora o uso exclusivo da Chardonnay seja a principal característica de Chablis, na verdade, a riqueza dos seus vinhos resulta da combinação de clima e solo. A Chardonnay de Chablis ostenta um caráter mineral inigualável que, além de ser característico, quase nunca é visto em outros vinhos da uva Chardonnay.

Por isso, a maior parte dos vinhos Chablis é elaborada em tanques de aço inox, não estagiando em barris de carvalho. Mas essa não é uma regra: alguns produtores, principalmente na elaboração dos Chablis Premier Cru e Chablis Grand Cru, optam por um período curto de envelhecimento em barris de carvalho.

Curiosos para provar e seguir descobrindo Chablis? Então vamos a outros segredos.



PETIT CHABLIS

Petit Chablis é a A.O.P. (Apelação de Origem Protegida) de Chablis mais recente, estabelecida em 1944.

É a escolha ideal para começar a matar a curiosidade e iniciar no (viciante) mundo do Chablis. Apesar do que o nome possa indicar (petit é pequeno, em francês), os vinhos Petit Chablis nada têm de diminutos, muito pelo contrário, tendem a apresentar alta acidez e aromas cítricos.

Um branco leve, fresco e harmonioso, traz flores brancas, notas cítricas de limão e toranja e uma base mineral de silex. Super agradável, ideal para ser apreciado com 2-3 anos e bem resfriado a 8°C ou 9°C de temperatura.



CHABLIS

O preferido dos brasileiros, expressa linda tipicidade e todos os atributos do seu terroir, especialmente quando degustado com 2-5 anos.

Na A.O.P. (Apelação de Origem Protegida) de Chablis é produzida a maior parte dos vinhos Chablis que conhecemos. Revelam, no nariz, grande presença mineral, além de notas de frutas cítricas e frutas brancas, como pêra.

Servir preferencialmente a 11°C ou 12°C de temperatura.



CHABLIS PREMIER CRU

Subindo o nível de exigência, essa região é formada por 40 Premier Cru Climats.

Apenas 15% dos vinhedos, cerca de 780 hectares, de Chablis fazem parte da A.O.P. (Apelação de Origem Protegida) de Chablis Premier Cru, também conhecida como Chablis 1er Cru.

Uma linda expressão da região, que atinge sua maturidade entre 5 a 10 anos e pede um pouco de arejamento no decanter para demonstrar todo seu potencial.

Os vinhos Chablis Premier Cru tendem a ser mais ricos no paladar, revelando, no nariz, aromas de frutas cítricas, como limão e carambola, além de nuances minerais.

Melhor servido com temperatura de 12°C.



CHABLIS GRAND CRU

Topo da hierarquia. Um privilégio para aqueles que podem degustar! A expressão máxima dos vinhos Chablis.

É formado por apenas sete vinhedos, que ocupam uma área total de 100 hectares em uma das encostas ao norte da cidade de Chablis e são responsáveis por aproximadamente 3% da produção anual de Chablis.

A maior parte dos vinhos Chablis Grand Cru é envelhecida em barris de carvalho, o que proporciona nuances defumadas ao seu bouquet aromático, além de notas cítricas, como laranja, damasco e maracujá. Extremamente complexo, rico e longo, que atinge facilmente 10 a 15 anos de guarda, às vezes mais.

Servir à temperatura de 14°C.

COMO HARMONIZAR UM CHABLIS?

Harmonizar vinhos excepcionais como os Chablis é uma tarefa fácil e deliciosa: Chablis fica maravilhoso com frutos do mar, especialmente com ostras. Outras belas combinações são com peixes grelhados ou carpaccio de peixe.

Lembrem-se que o Petit Chablis pode ser servido no dia a dia, com pratos mais simples ou somente como aperitivos. Já o Chablis é um vinho mais gastronômico e fica muito bem para ser servido no início de um jantar ou em um almoço com pratos mais sofisticados. Quando se trata de um Chablis Premier Cru e do Chablis Grand Cru, precisamos de uma elaboração maior: lagosta, camarões, ostras e peixes ao molho branco se tornam cúmplices dessa memorável experiência.

Santé! 🍷



FOTO: GAZETADOPOVO.COM.BR



ENTREVISTA EXCLUSIVA

**MINISTRA DANIELA
TEIXEIRA**
SUPERIOR TRIBUNAL DE
JUSTIÇA (STJ)



FOTO: RAFAEL LUZ / STJ

Ministra, há muito tempo a morosidade é considerada um problema no Judiciário, não somente em nosso país. Paradoxalmente, o Juiz brasileiro é o mais produtivo do mundo, pelo número de decisões proferidas. A senhora consegue enxergar saídas para a resolução desse problema, que é do interesse de toda a Magistratura brasileira e da população?

Eu considero a morosidade o maior problema a ser enfrentado pelo Judiciário. Todos os seus atores precisam pensar juntos em soluções. É uma certeza desde Rui Barbosa que a justiça tardia é uma injustiça. É desanimador avisar a parte que o processo dela vai levar 15 anos, seja ela autora ou ré.

Penso que a regulamentação da relevância para o STJ vai ajudar, dando fim aos processos no Tribunal de Justiça.

A divisão de trabalho no Judiciário brasileiro se dá pelas regras de competência, mas mesmo assim cada Juiz tem suas preferências de estudo e atuação dentro do Direito. Quais as matérias de sua preferência e, dentro desse recorte, o que poderia evoluir a partir da atuação dos tribunais?

Já atuei em Direito privado, comercial e empresarial e há 12 anos atuo em Direito penal. Nunca atuei em trabalhista e muito pouco em tributário. Tenho

especial predileção pelo Direito penal, sem dúvida. Costumava brincar nas palestras para a jovem advocacia que “Direito de verdade é penal, o resto é contrato”. Tem um fundo de verdade na brincadeira. As garantias constitucionais e de direitos humanos são mais importantes e visíveis no Direito penal. Ele é tão importante que todo brasileiro se considera especialista em Direito penal e tem soluções para problemas complexos como diminuição da criminalidade, ressocialização de internos, política de segurança pública. É um assunto muito vivo na sociedade.

Sua indicação teve expressivo apoio da OAB. A senhora conhece o Brasil como dirigente de órgão de classe e palestrante por muitos anos. Como essa história contribui para sua atuação no Judiciário?

A maior honra que recebi em minha vida profissional foi ter tido o apoio e o voto das 27 seccionais da OAB. Carrego comigo a responsabilidade de honrar como Ministra essa expectativa de toda a advocacia. Busco levar para o Tribunal esse olhar da parte: a pressa conciliada com a busca pela decisão justa. E sempre, sempre prestigiar a advocacia como elemento essencial à justiça e à OAB como instituição maior da democracia brasileira. A OAB, com seu trabalho voluntário e diário, em centenas de comissões temáticas, faz um excepcional trabalho, enraizado em todas as cidades do Brasil. Não há um só município brasileiro que não tenha um voluntário da OAB trabalhando.

Esse trabalho de um exército de anônimos colaboradores faz a grandeza da instituição, a maior organização civil do mundo. Serei sempre tipo sanguíneo: OAB positivo.

Tomando posse como Ministra do STJ, passa-se a viver um novo momento profissional, com características distintas da atividade profissional anterior. A senhora vê muita dificuldade nessa mudança de “persona”?

Tenho tido alguma dificuldade com a formalidade da Magistratura. Sou muito alegre e expansiva, gosto de pessoas, de rir, de abraçar. Era parte da minha vida, especialmente na OAB, um contato informal com todos. Tenho tido essa dificuldade em ser mais formal e litúrgica. Talvez eu mude um pouco o Judiciário e talvez ele me mude um pouco. Haverá de encontrar um ponto de equilíbrio entre a minha informalidade e a formalidade excessiva. Ou não. Em um ano voltarei aqui para contar o que aconteceu.

O que a senhora, na sua atual atividade profissional, considera importante realizar nas próximas décadas e, passado esse tempo, olhar com satisfação e orgulho?

Sem dúvida, meu maior objetivo no momento é me adaptar ao Tribunal da Cidadania, que integro com imenso orgulho. Tenho um gabinete que passou por muitos Ministros e Desembargadores convocados nos últimos dois anos e tem um acervo de 12.000 processos. Preciso encontrar uma forma de diminuir essa quantidade de processos e de julgar ao mesmo tempo os 70 novos processos que entram diariamente, uma equação difícil e desafiadora. Tenho contado com o apoio de Ministros experientes e que passaram por inícios parecidos. Fui muito bem recebida pelos Ministros da 3ª Seção, que me orientam e ajudam muito. Vai dar certo. Daqui a dois anos trarei o resultado desse esforço.

Termino dizendo da minha honra e alegria por me associar à AMB, tão bem presidida pela gestão do Dr. Frederico Mendes Júnior.

Minha vida sempre foi associativa, estive em centro acadêmico na universidade e na OAB. Só vejo sentido em lutas e sonhos coletivos e fico muito feliz em encontrar no Judiciário uma instituição sólida e operosa como a AMB, imprescindível para que os Magistrados possam exercer legitimamente suas postulações, críticas e contribuições para a sociedade brasileira. 🗣️

“

Só vejo sentido em lutas e sonhos coletivos e fico muito feliz em encontrar no Judiciário uma instituição sólida e operosa como a AMB

”

Ministra Daniela Teixeira,
Superior Tribunal de Justiça (STJ)

ELEIÇÕES DAS ASSOCIAÇÕES FILIADAS REFORÇAM A UNICIDADE DA MAGISTRATURA

Entidades estaduais sob a direção de lideranças eleitas ou reeleitas

O ano começa com novas gestões em várias entidades filiadas à Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) ou com lideranças reeleitas, que integrarão o Conselho de Representantes da Entidade nacional.

Os dirigentes irão renovar os compromissos com a valorização da Magistratura, mantendo o diálogo e o relacionamento com a AMB na busca pelo fortalecimento da carreira e pelo incentivo ao associativismo.

AJUFEM

Na Associação dos Juizes Federais da Justiça Militar (Ajufem), o Juiz Fernando Pessôa da Silveira Mello foi eleito para presidir a entidade no biênio 2023-2025.

“O associativismo é o que garante a permanência de nossas prerrogativas constitucionais intactas, garantias inerentes a nossa atividade fim, que é a de produzir uma atividade jurisdicional independente, imparcial e sem temor de qualquer interferência externa.”



PRESIDENTE ELEITO DA AJUFEM, FERNANDO PESSÔA DA SILVEIRA MELLO
FOTO: DIVULGAÇÃO

AJURIS

Na Região Sul, o Juiz Cristiano Vilhalba Flores foi eleito Presidente da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris) para o biênio 2024-2025.

Ao falar sobre sua futura gestão, o Magistrado Vilhalba fez referência às oito décadas da Associação. “Ao completar 80 anos, a Ajuris seguirá sendo a voz da Magistratura gaúcha na defesa de suas prerrogativas e do Estado Democrático de Direito. Vamos atuar por um Poder Judiciário forte e valorizado, como pilar fundamental para a segurança da sociedade.”



PRESIDENTE ELEITO DA AJURIS, CRISTIANO VILHALBA FLORES
FOTO: SITE AJURIS



PRESIDENTE REELEITA DA AMAERJ, EUNICE HADDAD
FOTO: SITE AMAERJ



PRESIDENTE ELEITO DA AMAPAR, MARCEL FERREIRA DOS SANTOS
FOTO: SITE AMAPAR



PRESIDENTE ELEITO DA AMASE, PABLO MORENO CARVALHO DA LUZ
FOTO: SITE AMASE

AMAERJ

A Juíza Eunice Haddad foi reeleita Presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (Amaerj) para o biênio 2024-2025. Após a vitória, a Magistrada, que é Vice-Presidente de Assuntos Legislativos da AMB, agradeceu os votos recebidos.

“Nada se faz sozinho e no associativismo menos ainda, é um conjunto de ideias, um organismo em movimento 24 horas por dia. A responsabilidade continua, mais forte agora. Conseguimos uma votação muito expressiva. Vamos continuar todos juntos porque é assim que a gente anda, constrói pontes e soluções para as nossas lutas. Prometo até o fim estar firme com vocês.”

AMAPAR

“Combatividade, coragem e união” foi a chapa vitoriosa que comandará a Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar) no biênio 2024-2025, sob a liderança do Juiz Marcel Ferreira dos Santos, Secretário da AMB.

O Presidente eleito disse que seu compromisso é fortalecer a Amapar. “Nossa entidade representa um patrimônio histórico e cultural pertencente à Magistratura paranaense e, por isso, deve ser conduzida com muito cuidado, responsabilidade e dedicação”, afirmou.

AMASE

O ano que começa será de nova gestão na Associação dos Magistrados de Sergipe (Amase) no biênio 2024-2025. A vitória foi do Juiz Pablo Moreno Carvalho da Luz, que expôs as diretrizes que pretende adotar.

“A proposição central da chapa eleita é gerir a Amase com maior foco e atenção às demandas da Magistratura sergipana, atuando política, administrativa e judicialmente para que os direitos já anotados à Magistratura sejam adimplidos e para que outros avanços, notadamente relacionados à organização da carreira e estrutura funcional, sejam reconhecidos.”

AMARR

A chapa única capitaneada pelo Juiz Marcelo Lima de Oliveira foi reeleita para conduzir a Associação dos Magistrados de Rondônia (Amarr) no biênio 2023-2025.

O Diretor-Geral da Diretoria de Recepção a Novos Magistrados da AMB afirmou que pretende intensificar a equalização com os demais Tribunais e Poderes para defender os interesses dos Magistrados. “Espero corresponder às expectativas dos colegas e realizar um excelente trabalho na luta pela defesa das prerrogativas da Magistratura roraimense.”



PRESIDENTE REELEITO DA AMARR, MARCELO LIMA DE OLIVEIRA
FOTO: SITE AMARR

AMATRA XI

Na Amatra XI, que representa os estados de Amazonas e Roraima, o Presidente Adelson Silva dos Santos foi reeleito para o biênio 2023-2025.

“A Amatra XI busca renovação, formar novas lideranças, se fortalecer como instituição para resistir ao esvaziamento da competência da Justiça do Trabalho, defender as prerrogativas da Magistratura Trabalhista e lutar por política remuneratória que recomponha nossas perdas salariais, bem como o pagamento de nossos passivos.”



PRESIDENTE REELEITO DA AMATRA XI, ADELSON SILVA DOS SANTOS
FOTO: SITE AMATRA XI

AMC

Em Santa Catarina, a Juíza Janiara Maldaner Corbetta venceu as eleições e irá dirigir a Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) no triênio 2024-2027.

“O grande número de eleitores demonstra a confiança no trabalho que vem sendo realizado e traz, para nós, não apenas legitimidade, mas também uma enorme responsabilidade para seguir atuando em prol da Magistratura catarinense”, destacou.



PRESIDENTE ELEITA DA AMC, JANIARA MALDANER CORBETTA
FOTO: SITE AMC



PRESIDENTE ELEITO DA APAMAGIS, THIAGO MASSAD
FOTO: ALEXANDRE BOICZAR - APAMAGIS



PRESIDENTE REELEITA DA ASMEGO, PATRÍCIA CARRIJO
FOTO: DIVULGAÇÃO



PRESIDENTE ELEITO DA ASMETO, ALLAN MARTINS
FOTO: SITE ASMETO

APAMAGIS

“Não faltarão suor e esforço na luta pelas bandeiras da nossa Magistratura”. A frase é do Assessor da AMB para a região Sudeste, Thiago Massad, eleito Presidente da Associação Paulista de Magistrados (Apamagis) para o biênio 2024-2025.


ASMEGO

Reeleição também na Associação dos Magistrados do Estado de Goiás (AsmeGO), com a recondução da Juíza Patrícia Carrijo para o biênio 2024-2025. Foi a primeira vez, na entidade, que um dirigente pôde se candidatar após dois anos de mandatos consecutivos.

“Esses quase quatro anos à frente da AsmeGO representam um período de muitos avanços para a nossa associação e para a Magistratura como um todo. No entanto, ao tempo em que a caminhada tem sido árdua e rendido incontáveis frutos, muitos considerados por anos como inalcançáveis, ainda há muito o que se plantar e colher”, disse a Vice-Presidente de Valorização do Magistrado e Políticas Remuneratórias da AMB.

ASMETO

O Juiz Allan Martins foi eleito para administrar a Associação dos Magistrados do Estado do Tocantins (Asmeto) no biênio 2024-2026. O Magistrado volta ao cargo após ter presidido a Asmeto entre 2008 e 2012.

“Ao retornar à Presidência da Asmeto, após 11 anos, entendo que a expectativa depositada pelos associados e associadas em meu nome é um reflexo da confiança em nossa capacidade de promover a defesa dos princípios éticos que norteiam a Magistratura. Nossa atuação deverá ser pautada pela dedicação e pelo cumprimento dos compromissos firmados com a nossa classe no pleito passado”. 

MINISTRO BARROSO RENOVA COMPROMISSO COM A VALORIZAÇÃO DA MAGISTRATURA



FOTO: CNJ

Em encontro com representantes dos 92 tribunais brasileiros e autoridades do Poder Judiciário, Presidente do STF e do CNJ diz que o reconhecimento da carreira é uma das diretrizes da gestão

A valorização da Magistratura integra a agenda de prioridades do Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ministro Luís Roberto Barroso, para o biênio 2023-2025. O compromisso de busca por maior reconhecimento da carreira foi feito pelo mandatário da Justiça durante o 17º Encontro Nacional do Poder Judiciário.

O evento reuniu os presidentes dos 92 tribunais brasileiros, autoridades, Juizes e Desembargadores de vários estados, responsáveis por políticas judiciárias inovadoras e eficientes, que fazem a diferença na vida dos brasileiros. A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) esteve no encontro, representada pelo Presidente Frederico Mendes Júnior.

Na ocasião, o Ministro Barroso destacou a forte atuação dos Magistrados na missão jurisdicional. “Juizes têm dúvidas e angústias, é uma vida de muito trabalho, dura e difícil. Tenho a maior admiração pela Magistratura e considero que um Juiz vocacionado, íntegro, trabalhador, é uma benção para a cidadania, para a Justiça e para a democracia”, disse o Presidente do STF e do CNJ, que renovou o seu compromisso de reconhecimento da carreira.

“A valorização da Magistratura - e não apenas como uma questão financeira, embora também envolva isso - como uma profissão de realização da Justiça e de pessoas que fazem muito sacrifício, faz parte da minha agenda. Todos podem contar comigo como defensor da carreira”, reiterou.

JUSTIÇA MAIS ACESSÍVEL

Em seu pronunciamento, o Ministro Barroso apresentou as diretrizes da sua gestão. Nesse sentido, ele informou que sua atuação irá privilegiar a busca por maior eficiência, a implementação de processos inovadores, o incentivo ao uso de linguagem simples para melhor comunicação com a sociedade e a adoção de políticas de cota e de gênero destinadas a ampliar, nos órgãos da Justiça, o número de mulheres e de pessoas negras.

O Presidente do STF e do CNJ comentou que a busca por maior eficiência da Justiça passa pelo enfrentamento dos gargalos da execução, especificamente da execução fiscal, e, também, por soluções para as grandes demandas vinculadas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

“

*E todos (os Magistrados)
podem contar comigo
como defensor da carreira*

Luís Roberto Barroso,
Presidente do STF e do CNJ

”

SELEÇÃO DE NOVOS JUÍZES

Pela primeira vez, o Ministro detalhou como irá funcionar o Exame Nacional da Magistratura, representando uma nova fase no processo seletivo, em Resolução aprovada pelo CNJ em novembro de 2023.

O exame não irá retirar a autonomia dos Tribunais na elaboração de critérios próprios para a seleção. Será uma etapa inicial destinada a verificar quais são os candidatos que se mostram mais vocacionados à missão jurisdicional. O concurso está sendo regulamentado pelo CNJ e será coordenado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) para a uniformização do conhecimento básico relativo à Magistratura.


“Será um provão nacional, que funcionará como requisito de habilitação para realizar os concursos. Cada tribunal continuará com toda a sua autonomia para realizar seus concursos, constituir suas bancas e seguir suas próprias regras. Os estados, as Justiças que assim o desejarem, poderão utilizar o exame como provão e partir diretamente para as provas específicas ou de sentenças”, explicou.

O Presidente do STF e do CNJ também disse que sua atuação à frente do Poder Judiciário será marcada pela colaboração.

“Somos parceiros da Magistratura, e não fiscais”, salientou o Ministro Barroso.

MAGISTRATURA INDEPENDENTE

Para o Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Frederico Mendes Júnior, o Encontro Nacional do Poder Judiciário é um dos eventos mais importantes do Poder Judiciário, integrando os debates sobre as prioridades e necessidades dos órgãos da Justiça.

“A AMB participou do Encontro Nacional do Poder Judiciário, encerrando um ano de importantes conquistas para a valorização da carreira. A nossa entidade está alinhada às diretrizes de maior eficiência traçadas para o Poder Judiciário em 2024 e estamos sobretudo posicionados para defender os interesses da Magistratura, que são imprescindíveis para a concretização das metas para a melhor prestação dos serviços da Justiça”, disse o Presidente da AMB, Frederico Mendes Júnior. 

ITAIPU BINACIONAL

UMA NOVA GESTÃO, UM RECOMEÇO

Com a nova administração, vários nós foram desatados, conferindo efetividade e retomando o compromisso social da empresa

Por Luiz Fernando Delazari
Diretor Jurídico

Itaipu Binacional é uma pessoa jurídica de direito público internacional, criada através de tratado firmado entre Brasil e Paraguai em 26 de abril de 1973. Possui personalidade jurídica dotada de amplo espectro de poderes e se destina à exploração de um bem público, outorgado em condomínio pelos dois Estados.

O Tratado regente teve seu texto aprovado no Brasil pelo Decreto Legislativo nº 23, de 1973, e Lei nº 389, de 1973, da República do Paraguai.

Atualmente, Itaipu é formada pela Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A - ENBPar (sucessora da Eletrobras, privatizada no ano de 2022) e pela Administración Nacional de Electricidad - ANDE (Empresa Paraguaia), com participação igualitária no capital social.

Seu regime jurídico é circunscrito e estruturado pelas normas do Tratado e seus Anexos (A, B e C), sendo regida por elas e submetida às normativas aprovadas pelo seu Conselho de Administração. Como ente binacional, não integrante da administração pública brasileira ou paraguaia, utiliza as legislações de ambos os países como espelho e boas práticas, e não está submetida à fiscalização por quaisquer órgãos de controle brasileiro ou paraguaio unilateralmente (STF - ACO 1904 e ACO 1905).

A Itaipu tem como princípios fundamentais a Binacionalidade, a Cogestão e a Paridade, sendo uma Entidade una e indivisível, com igualdade de direitos e obrigações entre os dois Países, através de decisões conjuntas e paritárias.

Possui como missão institucional “Gerar energia elétrica de qualidade com responsabilidade social e ambiental, contribuindo com o desenvolvimento sustentável no Brasil e no Paraguai”.

Alinhada à sua missão institucional, a atual administração do Governo do Presidente Lula assumiu o compromisso de zelar para que, dentro dos limites estatutários e legais, Itaipu contribua na retomada

de políticas públicas socioambientais que visem ao resgate da cidadania, ao combate à fome e à melhoria das condições de vida da população.

Em poucos meses, sob o comando do diretor-geral brasileiro, Enio Verri, muitos desafios foram superados. Um dos exemplos foi a negociação da tarifa de Itaipu, exercício de 2023, que teve redução de 26% em relação ao custo praticado anteriormente.

Também relevante foi a expansão da área de abrangência das ações socioambientais, com a ampliação de sua área de atuação, além do envolvimento da Empresa com as ações do Novo PAC, principalmente na organização da COP-30.

Principal reflexo dessa política socioambiental foi o lançamento do Programa “Itaipu Mais que Energia” visando ao atendimento dos diversos projetos em toda a área de abrangência, por meio de modelo jurídico inédito de convênio com a Caixa Econômica Federal, que trará segurança jurídica e controle dos investimentos realizados.

Após 50 anos de vigência do Tratado Internacional que instituiu a Itaipu Binacional, está-se diante da previsão contratual de possibilidade de revisão de seu Anexo C, que dispõe sobre as bases financeiras e de prestação de serviços de eletricidade da Itaipu.

Caso sejam acordadas entre as Altas Partes Contratantes alterações no Anexo C, para que passem a ter validade, obrigatoriamente, deverão ser aprovadas por cada País e submetidas à aprovação pelos respectivos Congressos.

Referida negociação diplomática já se encontra em andamento. Acredita-se que as tratativas entre os governos do Brasil e Paraguai ocorrerão em clima de cordialidade, prevalecendo o espírito de cooperação que marca a relação entre os dois países, consolidando a integração dos países do Mercosul e a solidariedade com os irmãos vizinhos, visão muito presente na condução de política internacional do Presidente Lula. 🇧🇷

+CULTURA

Acompanhe as dicas de livros, séries e podcasts



FILME

O Dia do Chacal

Por Raimundo Messias Júnior, Desembargador do TJ-MG



Dirigido por Fred Zinnemann, *O Dia do Chacal* conta a história de um assassino profissional com a missão de matar o presidente da França. Assisti *O Dia do Chacal* há aproximadamente 30 anos e, recentemente, o vi novamente, o que reforçou a ideia de que essa película está entre as três melhores que assisti em toda a minha vida.

O longa não tem efeitos especiais e, ainda assim, deixa os espectadores presos à trama. Esse filme possui vários ingredientes que o tornam ímpar, como espionagem, suspense, questões políticas envolvendo o ex-presidente francês Charles de Gaulle e muito mais.

A atuação do inglês Edward Fox, que interpreta o Chacal, era até então desconhecida, mas chamou a atenção do diretor. Ele não queria um figurão para fazer o papel e gostou de Fox em outras obras. O ator teve uma atuação primorosa interpretando o personagem.

LIVRO

Madrugada Suja

autor Miguel Sousa Tavares

Por Kéops Vasconcelos Amaral Vieira Pires, Juiz do TJ-PB e Diretor-Geral Cultural da AMB



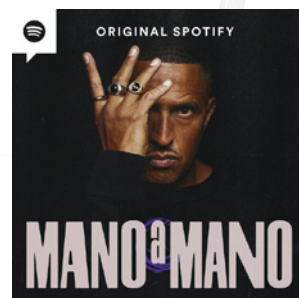
O livro é um retrato de Portugal nos últimos 40 anos e foi escolhido pelo Clube de Leitura da AMB. O romance relata a vida de Filipe e de três gerações de sua família, desde a Revolução dos Cravos, que derrubou a ditadura de Salazar em abril de 1974, até os dias atuais. Ele é o último descendente da aldeia alentejana de Medronhais da Serra, hoje habitada por um único homem, seu avô, Tomaz da Burra. Segredos de família e corrupção política compõem essa trama, que comove e cativa os leitores.

O autor é um dos mais lidos em Portugal e apresenta, em suas obras, histórias de amor, família e fatos da vida política lusitana.

PODCAST

Mano a Mano

Por Marco Adriano Ramos Fonseca, Juiz do TJ-MA e Diretor-Geral de Igualdade Racial da AMB



Idealizado pelo rapper e compositor Mano Brown, nome artístico de Pedro Paulo Soares Pereira, o *Mano a Mano* conta com a participação do jornalista Semayat Oliveira. O debate celebra a diversidade de ideias e pensamentos com profundidade. Em todos os episódios, convidados ilustres da cultura brasileira conversam sobre suas particularidades e fornecem opiniões sobre temas como alimentação e saúde da população negra. [📖](#)



FOTO: LUCAS BORGES

PEC 10/2023 RECEBE PARECER FAVORÁVEL NA CCJ DO SENADO, EM MAIS UMA VITÓRIA DA AMB

Diretoria da AMB garantiu a inclusão de Magistrados aposentados e pensionistas, independentemente do regime previdenciário ou da contribuição, no parecer apresentado na Comissão

A reestruturação da carreira da Magistratura é uma das pautas prioritárias da atual gestão da AMB. Em mais uma vitória em razão da articulação estratégica da entidade, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 10/2023 recebeu parecer favorável do relator do texto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, Senador Eduardo Gomes (PL/TO).

O trabalho incansável da Diretoria da AMB garantiu a inclusão de Magistrados aposentados e pensionistas, independentemente do regime previdenciário ou da contribuição, no parecer apresentado na CCJ. A especificação

está na Emenda nº 19, de autoria do Senador Mecias de Jesus (Republicanos/RR), defendida pela AMB, que foi aprovada integralmente e incluída no relatório final.

“A AMB tem se preocupado com a reestruturação remuneratória da carreira da Magistratura. Após muita articulação, que contou com o apoio de líderes associativos regionais, conseguimos afastar a restrição do texto original, que abarcava apenas Magistrados com direito à paridade. A partir de articulação da AMB e de outras associações, o relator, Senador Eduardo Gomes, acolheu a emenda de modo a englobar Magistrados em exercício,

aposentados e pensionistas independentemente do regime previdenciário ou contribuição. É um primeiro e importante passo. Houve pedido de vista coletiva para que o texto fosse melhor analisado pelos parlamentares. Confiamos na aprovação pela CCJ e posteriormente pelo plenário do Senado”, afirmou o Presidente da AMB, Frederico Mendes Júnior.

Nos últimos meses, a Diretoria da AMB manteve um diálogo franco com Parlamentares de todo o Brasil para enfatizar a importância da aprovação da medida. Cresce entre os Senadores a percepção sobre a necessidade de atualização e adequação das carreiras jurídicas, dada a sua especificidade.

“Ainda há muito caminho a percorrer, mas a AMB agradece o trabalho realizado pelo Senado para garantir a reestruturação da carreira da Magistratura, em especial ao autor da proposta, o Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, ao Presidente da CCJ, Senador Davi Alcolumbre, e ao relator da PEC, Senador Eduardo Gomes. A Magistratura tem encontrado apoio em todos os segmentos, em todos os estados, e esse reconhecimento é muito importante para o avanço da PEC”, concluiu o Presidente da AMB.

“

AMB agradece o trabalho realizado pelo Senado para garantir a reestruturação da carreira da Magistratura

Frederico Mendes Júnior,
Presidente da AMB

”

PARECER FAVORÁVEL

A leitura do parecer do Senador Eduardo Gomes ocorreu em 22 de novembro de 2023, em uma sessão acompanhada com atenção por Magistrados de todo o Brasil. Para o Parlamentar, a aprovação da medida tem o objetivo de proteger a sociedade e o Estado Democrático de Direito.

“A importância que essas carreiras jurídicas têm para a democracia e para o Estado de Democrático de Direito demanda uma carreira bem estruturada, remunerada e atrativa. Nós não podemos permitir que bons Magistrados vocacionados queiram sair das suas carreiras para irem para a iniciativa privada, para a política ou para o exterior porque a atividade da vocação deles deixou de ser atrativa”, afirmou o Senador.



“
É inegável a necessidade da criação de mecanismos que permitam, de um lado, retomar a atratividade das carreiras da Magistratura e do Ministério Público e, de outro, enfatizar a sua posição institucional peculiar
 ”

Senador Eduardo Gomes,
 relator da PEC 10/23, na CCJ

FOTO: LUCAS BORGES | ILUSTRAÇÃO: ASCOM AMB

Durante a leitura do relatório, o Parlamentar também ressaltou a posição especial da carreira da Magistratura no ordenamento jurídico brasileiro. “É inegável a necessidade da criação de mecanismos que permitam, de um lado, retomar a atratividade das carreiras da Magistratura e do Ministério Público e, de outro, enfatizar a sua posição institucional peculiar. Efetivamente, os Magistrados e membros do Ministério Público têm, por imposição constitucional, posição especial no Estado brasileiro”.

No texto final, o relator também acatou o argumento apresentado na Emenda 19, do Senador Mecias de Jesus (Republicanos/RR), que definiu a alteração como parcela compensatória mensal de valorização por tempo de serviço, “em razão da disponibilidade e dedicação, já que os membros das categorias beneficiadas se dedicam de forma integral às suas funções institucionais”.


“Busca-se enfatizar o papel de Juizes, Procuradores e Promotores e, ao mesmo tempo, permitir premiar a experiência acumulada por eles individualmente. Assim, a parcela também ostenta a virtude de constituir atrativo para estas carreiras imprescindíveis ao Estado de Direito; desde logo, quando aprovada, servirá de estímulo àqueles que, nos tempos atuais, estão na iminência de abandonar estas Magistraturas em prol de horizontes remuneratórios menos estreitos. E, em seguida, à nova geração, que precisa de estímulo para compor as fileiras destas carreiras tão pródigas em ônus e responsabilidades”, frisou o relator Eduardo Gomes.

O QUE DIZ A EMENDA 19, DEFENDIDA PELA AMB E ACOLHIDA PELO RELATOR?

Art. 3º A parcela compensatória mensal de valorização por tempo de exercício dos Magistrados, membros do Ministério Público, Ministros e Conselheiros das Cortes de Contas, Advogados Públicos, integrantes das carreiras jurídicas e Defensores Públicos é devida aos agentes públicos aposentados na data da publicação desta Emenda Constitucional, bem como aos seus pensionistas em gozo do benefício nesta mesma data, independentemente do regime previdenciário aplicado, custeada pelo órgão a que pertencia o agente público.



O QUE DIZ A PEC?

A PEC 10 de 2023 prevê que os Magistrados fazem jus à parcela compensatória mensal de valorização por tempo de exercício, não sujeita ao limite previsto no art. 37, XI, calculada na razão de 5% do respectivo subsídio a cada cinco anos de efetivo exercício em atividade jurídica, até o máximo de 35%.



SEGURANÇA PARA A MAGISTRATURA



PL da Atividade de Risco deve ser votado no primeiro semestre de 2024 no Senado

Depois de garantir a rápida aprovação na Câmara, a intensa articulação da AMB permitiu mais um avanço do Projeto de Lei que reconhece como atividade de risco permanente as atribuições inerentes à Magistratura.

O relator do texto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, Senador Weverton Rocha (PDT-MA), deve apresentar seu parecer ao PL 4015/2023 ainda no primeiro semestre de 2024. A matéria foi apresentada à Câmara dos Deputados pela AMB na forma do PL 2191/2023 – aprovado em agosto de 2023 pela Câmara – e foi enviada prontamente para a revisão do Senado.

Para o Presidente da AMB, Frederico Mendes Júnior, a celeridade na tramitação reflete o convencimento dos Parlamentares acerca da importância da matéria.

“Estamos trabalhando para sensibilizar os Parlamentares sobre a importância desse projeto para toda a sociedade brasileira. O ato de julgar nos coloca em situação de insegurança constante e não podemos permitir que os Magistrados se sintam intimidados ao exercer a função constitucional que lhes cabe”, afirmou o Presidente da AMB, Frederico Mendes Júnior.


ATIVIDADE DE RISCO

O PL 4015/2023 é uma das prioridades da atual direção da AMB, preocupada com a constante insegurança dos Magistrados. Casos recentes de assassinatos e ameaças demonstram a necessidade de uma pronta resposta para garantir uma prestação jurisdicional verdadeiramente independente.

Para elaborar o projeto, foram considerados dados recentes que apontam a insegurança desses agentes públicos, como o estudo “Perfil da Magistratura Latino-americana”, realizado pelo Centro de Pesquisas Judiciais da AMB (CPJ). A pesquisa apontou que 50% dos Magistrados já sofreram ameaças à vida ou à integridade física, índice somente menor do que na Bolívia (65%) entre os países latino-americanos.

O mais recente Diagnóstico da Segurança Institucional do Poder Judiciário do Conselho Nacional de Justiça também deixa clara a necessidade de mais garantias. De acordo com o CNJ, 110 Juizes estavam sob ameaça no Brasil em 2017.

O PL 4015/2023 altera o Código Penal, a Lei dos Crimes Hediondos e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, para reconhecer como atividade de risco permanente as atribuições inerentes ao Poder Judiciário e ao Ministério Público e garantir aos seus membros medidas de proteção, bem como recrudescer o tratamento penal destinado aos crimes de homicídio e de lesão corporal dolosa contra eles, desde que no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente, inclusive por afinidade, até o terceiro grau, em razão dessa condição.

Entre as proposições, está a de tornar qualificado o homicídio praticado contra os membros da Magistratura e a de garantir medidas como o reforço na segurança orgânica, escolta, fornecimento de coletes balísticos e a blindagem de veículos. O projeto também prevê a vedação do vazamento de dados pessoais que possam colocar em risco a integridade física de Magistrados. 



brb.com.br

O BRB está pronto para **financiar** o seu

próximo **IMÓVEL!**

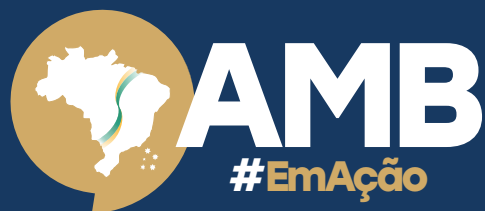
TAXAS A PARTIR DE

8,99% A.A. + TR

CONSULTE AS
CONDIÇÕES



banco
BRB



NOVOS MINISTROS NO STJ

A Diretoria da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) acompanhou, em novembro, a posse dos três novos Ministros indicados para o Superior Tribunal de Justiça (STJ). Os Desembargadores Teodoro Silva Santos (TJ-CE) e José Afrânio Vilela (TJ-MG) e a Advogada Daniela Teixeira assumiram os cargos em solenidade realizada na sede da Corte Superior, em Brasília.

Os nomes foram aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) em outubro e nomeados no mês seguinte.

O Presidente da AMB, Frederico Mendes Júnior, cumprimentou os novos membros da Corte Superior de Justiça. “Os Ministros Teodoro Silva e Afrânio Vilela e a Ministra Daniela Teixeira possuem vasta experiência e visões de mundo que se complementam e que irão enriquecer o Superior Tribunal de Justiça. Que os três novos Ministros sejam bem-sucedidos na nova missão”, disse.

POSSE NO TSE

Os Dirigentes da entidade também prestigiaram a cerimônia de posse da Ministra Isabel Gallotti no Tribunal Superior Eleitoral (biênio 2023-2025) e a eleição e a posse do novo Corregedor-Geral da Justiça Eleitoral, Ministro Raul Araújo.

“O Brasil precisa de Juizes Eleitorais independentes e comprometidos como a Ministra Isabel Gallotti e o Ministro Raul Araújo. A cada ano, a Justiça Eleitoral tem reafirmado o seu papel na manutenção da soberania da vontade popular e do Estado Democrático de Direito”, afirmou o Presidente da AMB, Frederico Mendes Júnior.

As vagas no TSE foram abertas em razão do encerramento do biênio do Ministro Benedito Gonçalves, que exercia o cargo de Corregedor-Geral na Corte.

A Ministra Isabel Gallotti foi eleita para o cargo de titular do TSE pelo Pleno do STJ em setembro de 2023. A Magistrada é Ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) desde 2010 e substituta da Corte Eleitoral desde 20 de setembro de 2022.

A eleição do Ministro Raul Araújo como Corregedor-Geral da Justiça Eleitoral seguiu a tradição do TSE de designar para o posto o componente do STJ que está há mais tempo na Corte Eleitoral como Ministro titular.

STF

O plenário do Senado Federal aprovou a indicação de Flávio Dino para ocupar a vaga no Supremo Tribunal Federal. Dino ocupará a cadeira deixada por Rosa Weber, que se aposentou da Corte em setembro.

CNJ

O Senado Federal aprovou oito nomes indicados para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Além da Juíza Renata Gil de Alcântara (TJ-RJ), ex-Presidente da AMB, foram indicados também os associados à entidade: Desembargador José Edivaldo Rocha Rotondano (TJ-BA), Juíza Daniela Pereira Madeira (TRF-2), Juiz Guilherme Guimarães Feliciano (TRT-15) e o Juiz Alexandre Teixeira Bastos Cunha (TRT-RJ).

Além deles, foram aprovados o Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, do Tribunal Superior do Trabalho (TST); a Desembargadora Mônica Autran Machado Nobre (TRF-3); e a Advogada da União Daiane Nogueira de Lira.

OEA

Durante o II Fórum Sobre os Desafios Atuais para o Poder Judiciário e o Ministério Público, o Secretário-Adjunto da Secretaria de Relações Internacionais da AMB e 1º Vice-Presidente da Apamagis, Desembargador Walter Barone, representou a AMB no evento, realizado pela Organização dos Estados Americanos (OEA), em novembro, em Belém (PA).

O evento assegura a continuidade ao esforço de cooperação acadêmica permanente entre a OEA e instituições brasileiras do meio jurídico. A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e outras entidades associativas firmaram um acordo com a OEA para a criação de um ambiente de diálogo e de troca de experiências jurídicas nos países das Américas.

Participaram do evento da OEA também o Secretário-Geral da AMB, Adriano Seduvim, e a Assessora da Presidência da AMB para a Região Norte, Elayne Cantuária.

DESTINO CERTO 

ROAD TRIP: A VIDA NA ESTRADA



Para os viajantes, o caminho reserva belezas naturais, descobertas, novos aprendizados e uma enorme bagagem na volta, cheia de memórias, riquezas culturais e a experiência de permitir-se encarar imprevistos. Desbravar o Brasil e desfrutar da América do Sul pelo solo são opções provocativas para quem deseja encher o tanque e sair por aí

Pela quantidade de quilômetros rodados, o Desembargador Fábio Fernandes (TJM-RS) atesta a expertise de cortar de carro o Brasil e países vizinhos. Argentina, Bolívia e Chile também fazem parte do diário de viagem do Magistrado, que abriu o baú de lembranças, de lugares, de povos e de culturas. São jornadas de autoconhecimento e muitas histórias para compartilhar. “Viajar de carro é uma aventura extremamente gratificante e aprazível. Estamos nos propiciando um exercício de criatividade, de tolerância, de conhecimento e de desafios”, disse.

Para colocar mais emoção à viagem, o Desembargador costuma abrir mão de hospedagens em hotéis para praticar o campismo.

“Viajar acampando muitas vezes não torna a viagem mais barata, porém, nos faz aprender a valorizar as pequenas coisas. Percebemos quantas coisas desnecessárias materialmente mantemos ou buscamos ter. Viajar de carro acampando nos faz ver que precisamos de muito pouco para sermos felizes”, afirmou.

Uma de suas vivências marcantes foi atravessar a Praia do Cassino ao Chuí, a maior do mundo, numa imensidão única com mais de 200 km de faixa de areia contínua. Localizada no Rio Grande do Sul, a região é conhecida como “abismo horizontal”, por sua imensidão plana. Quem encara percorrer o lugar tem o objetivo de total conexão com tudo aquilo que se vê ao longo do passeio. Ainda que a mente sempre insista em desviar a atenção, o cenário é o mesmo e não tem fim.

“Viajei várias vezes pela beira da praia, com ‘greda’, valetas cavadas pela água das chuvas, e ‘concheiros’ que são capazes de ‘se grudar’ no carro e lhe deixar atolado caso você não tenha conhecimento do terreno. Entretanto, a onda do mar, a exuberância da natureza, o vai e vem da maré e o olhar no infinito do horizonte, aliados à companhia dos faróis que ainda guiam navegantes, nos fazem ver como a natureza pode nos propiciar grandes encantos emocionais”, compartilhou.

Pelos extremos da América do Sul, o Ushuaia foi um dos destinos escolhidos pelo Magistrado, que passou 30 dias viajando de carro e acampando.

“Foram descobertas inenarráveis com o povo argentino e chileno nos acolhendo de modo espetacular. As inúmeras fronteiras que estão colocadas ao longo do caminho nos fazem refletir que só existem fronteiras para os seres humanos, haja vista que os demais animais passam tranquilamente de um país para o outro. Quando será que isso nos será permitido, em especial na América do Sul, com seus povos irmãos?”, refletiu.

A última viagem longa que ele fez de automóvel foi ao Deserto de São Pedro do Atacama, no Chile, e ao Salar de Uyuni, região sudoeste da Bolívia. Uma experiência marcante para quem deseja mais aventura. Foram 18 dias em locais desafiadores.

“Havia lugares que dispunham de excelente infraestrutura e outros, sem nenhuma ‘infra’, o que nos obrigou a realizarmos acampamento selvagem. Iniciamos acampando em Foz do Iguaçu, no Paraná, e partimos entrando pela Argentina, passando por JiuJiu e Salta até chegarmos aos vinhedos de altitude, na Argentina, em Cafayate. Para os apreciadores de cerveja, antes foi possível visitar Quilmes, o povoado que dá origem ao nome da cerveja, e conhecer as difíceis condições de vida da população na íngreme região. Após Cafayate ingressamos na Ruta 40, sem asfalto e com paisagens exuberantes. A ‘rodovia’ é de ripio (formada por cascalho e terra), muito comum na Argentina e no Chile. Na Ruta 40, surgem paisagens impressionantes, de uma riqueza ímpar, com a qual a natureza nos brinda. Chegando ao Deserto de Atacama, a beleza e a forma como aquela população vive com sol forte durante o dia, com temperaturas que atingem mais de 40 graus e que à noite baixam para valores em torno de 6 graus celsius”, finalizou o Desembargador, que deixou a mensagem de que aventurar-se pela “road trip” é fazer do caminho a própria viagem, com destino de via dupla – para fora e para dentro de quem se descobre ao longo da jornada. 📍



FOTO: PREFEITURA DO RIO GRANDE DO SUL



JUSTO ACESSO: CIDADANIA E INCLUSÃO NO INTERIOR DO BRASIL

De baixo custo e rápido ganho de escala, programa de ofertas de serviços públicos, incluindo judiciais, à população se expande pelo interior do Piauí e se destaca como boa prática do Poder Judiciário

A acessibilidade é uma das pautas pujantes do Judiciário brasileiro a fim de garantir os direitos fundamentais do cidadão. No Piauí, o Tribunal de Justiça (TJ-PI), em parceria com o Governo do Estado e com diversas prefeituras, lançou o programa Justo Acesso. A iniciativa contempla ofertas de serviços públicos, incluindo judiciais, à população de cidades que não têm comarcas e outros órgãos. Dos 224 municípios piauienses, 163 não possuem fóruns.

A primeira unidade do programa foi aberta em julho de 2023, na localidade de Palmeirais, em caráter de projeto piloto, em seguida foi ativada a unidade de São Félix do Piauí e, logo depois, a de Eliseu Martins e Landri Sales. Mais recentemente, em novembro do ano passado, foi a vez da inauguração em Pimenteiras e Santa Cruz do Piauí.

Além da oferta dos serviços do TJ-PI, o Justo Acesso integra diversos atendimentos feitos por outros órgãos

do Sistema de Justiça e da administração pública, tais como Ministério Público, Defensoria Pública, Secretaria de Segurança Pública (SSP), Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Departamento Estadual de Trânsito (Detran), Tribunal Regional Eleitoral e Ministério Público do Trabalho.

Nas unidades, a população dos municípios que não possuem fóruns tem acesso ao atendimento do TJ-PI, do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) e do Tribunal Regional Federal.

Com isso, passam a ter acesso a audiências virtuais, consulta processual, balcão virtual, atermção on-line e a serviços da Corregedoria Geral da Justiça. E, também, a serviços de cartórios extrajudiciais, atendimento pela Delegacia Virtual da Secretaria Estadual de Segurança Pública, orientação pelo INSS, acesso às Delegacias Regionais do Trabalho, Detrans, serviço militar, além de outros órgãos públicos.

EFETIVIDADE

Em seis meses de atividade, o Justo Acesso registrou 19.877 atendimentos, 8.324 emissões de documentos e 153 audiências. Para o Presidente do TJ-PI, Desembargador Hilo de Almeida, o que está em curso é a efetivação da prestação jurisdicional.

“Estamos universalizando a Justiça e tornando-a mais célere e eficaz e entregando à população não somente os pontos de inclusão digital, como recomenda o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mas diversos outros serviços do poder público”, diz. “Estamos muito satisfeitos com os resultados e vamos expandir o Justo Acesso a todos os municípios que não são sede de comarca”, acrescenta.

INVESTIMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA

O Magistrado Luiz de Moura Correia, idealizador do Justo Acesso e responsável pelo programa, em conjunto com o Juiz Leonardo Brasileiro, explicou que a iniciativa foi criada e saiu do papel a partir da atuação de um grupo de trabalho com membros do TJ-PI dedicados a levar o Poder Judiciário a localidades distantes e que não possuem fóruns.

Para isso, uma das bases da implantação foi a união de esforços com o governo do Estado, prefeituras e diferentes órgãos como Ministério Público, Defensoria Pública, OAB, além de diversos ramos da Justiça, abrangendo o TRE, TRT e o Tribunal Regional Federal.

“A iniciativa é baseada na parceria com outros entes, como órgãos públicos, instituições privadas e entidades da sociedade civil, para ampliar o alcance e a efetividade das ações, fortalecendo uma rede que assegura o exercício de direitos humanos fundamentais”, explicou o Juiz Luiz de Moura Correia. “O uso de tecnologia é essencial para o sucesso do programa, tornando os serviços mais acessíveis e ágeis e permitindo a inclusão digital de boa parcela da população”, acrescentou.

Para instalar uma unidade do Justo Acesso, basta uma estrutura física que funcione como uma sede do ponto digital, com recepção, salas de audiência, de atendimento, computadores, impressoras, scanners, câmeras 360, copa e banheiros.

O apoio é feito por meio de colaboradores responsáveis pela manutenção e apoio no atendimento, em parceria com a prefeitura local.

Para que tudo funcione dentro de uma mesma lógica e com uniformidade na prestação dos serviços, os servidores são treinados para operar os sistemas e a forma de atendimento à população.


Para criar o programa, o grupo de trabalho do TJ-PI partiu do pressuposto de que o Justo Acesso deveria garantir direitos fundamentais do cidadão, promover justiça e cidadania, ser um fator de dignidade e inclusão social, estar em contexto digital e inserir a jurisdição no campo tecnológico.

PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE

Ao aproximar o Judiciário do cidadão e tornar os serviços acessíveis às populações de localidades distantes, o Justo Acesso mostra ser uma iniciativa alinhada à Estratégia Nacional do Poder Judiciário no Ciclo 2021-2026, cumpre a Recomendação CNJ nº 130/2022 e está inserida no Plano de Gestão do TJ-PI para o biênio 2023-2024.

Com poucos meses de atividade e apenas cinco unidades em operação, o programa vem chamando a atenção por sua capilaridade e impacto no acesso a serviços.

Em encontro recente da Rede de Governança do Poder Judiciário, o programa foi um dos destaques e foi citado como uma boa prática da Justiça associada ao macrodesafio “Garantia aos Direitos Fundamentais”, uma das diretrizes do Poder Judiciário traçadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Cabe destacar que o TJ-PI recebeu, em 2023, o “Selo de Ouro” do Prêmio CNJ de Qualidade. A premiação é conferida aos Tribunais que mais se destacam nos quesitos governança, produtividade, transparência e tecnologia. 



PACTO PELA EDUCAÇÃO



FOTO: CÂMARA DOS DEPUTADOS

Acordo de cooperação entre AMB e Câmara dos Deputados leva cidadania às escolas brasileiras. Nova cartilha da entidade será lançada em fevereiro de 2024

O Programa “Cidadania e Justiça também se aprendem na escola” conta agora com mais um parceiro na missão de criar a consciência cidadã entre os brasileiros. Um acordo de cooperação entre a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e a Câmara dos Deputados vai unir o programa educacional da entidade com projetos educacionais da Casa Legislativa (Plenarinho, Câmara Mirim e Eleitor Mirim). O objetivo é despertar os valores constitucionais por meio da educação.

O acordo foi assinado em uma reunião entre a Diretoria da AMB e o Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL). Estão previstas a impressão, a

distribuição e a divulgação de cartilhas educativas, bem como a realização e a promoção de eventos.

“Esse acordo é mais uma contribuição da AMB à cidadania brasileira. A Magistratura tem empenhado esforços para informar a população sobre a importância do Poder Judiciário. A cooperação entre os Poderes da República é uma das melhores maneiras de alcançarmos esse objetivo”, disse o Presidente da AMB, Frederico Mendes Júnior.

6 MILHÕES DE ESTUDANTES JÁ FORAM BENEFICIADOS



Brasilzinho e Zé Plenarinho vão se unir pela cidadania dos brasileiros

O programa “Cidadania e Justiça também se aprendem na escola” começou a ser desenvolvido em 1993 pelo Desembargador Roberto Bacellar (TJ-PR), Coordenador-Geral do Projeto na AMB. Todas as etapas do programa seguem a Cartilha da Justiça, em que o personagem Brasilzinho apresenta aos alunos a organização do Estado brasileiro, a repartição entre os Poderes e as atribuições de cada um deles.

O Plenarinho é um programa de relacionamento da Câmara dos Deputados com a comunidade, destinado sobretudo ao público infantil: crianças de 7 a 14 anos, pais e professores. Por meio de uma linguagem acessível e lúdica, o Portal Plenarinho (www.plenarinho.leg.br) informa sobre o Poder Legislativo, política, democracia e organização do Estado.

O Câmara Mirim é realizado todos os anos no mês de outubro. Crianças apresentam e votam projetos de lei de sua autoria, em uma simulação da sessão legislativa ordinária no Plenário da Câmara. No caso do Eleitor Mirim, promovido a cada quatro anos, professores e estudantes participam da eleição de candidatos fictícios, desde a campanha até a votação em uma urna eletrônica virtual.

NOVA CARTILHA

Ao longo destes 30 anos, o programa “Cidadania e Justiça também se aprendem na escola” contou com inúmeros parceiros e passou por constantes atualizações, observando as particularidades de cada região do país.

Agora, a AMB trabalha na atualização da iniciativa, com o apoio da tecnologia. Em comemoração ao aniversário do projeto, a entidade produziu uma nova Cartilha da Justiça, que será lançada durante as Reuniões Estatutárias, em fevereiro de 2024, em Foz do Iguaçu (PR).

Nesta nova edição, o personagem Brasilzinho contará aos alunos novas histórias, com temas latentes na sociedade atual. Um dos tópicos abordados será a discussão sobre a Justiça Restaurativa e a cultura de paz nas escolas, diante de tantos casos de violência entre os estudantes.

“Vamos fazer uma comemoração em Foz do Iguaçu e esperamos que dessa comemoração possam participar Magistrados de todos os estados e também dos demais segmentos da Magistratura. Isso amplia nossa legitimização social e ao mesmo tempo presta um serviço de inestimável valor para a sociedade, a partir das crianças”, afirma o Coordenador do Programa, Desembargador Roberto Bacellar.

Apesar dos desafios enfrentados na área educacional, o Coordenador-Geral tem uma visão otimista sobre o impacto do projeto na sociedade brasileira.

“O programa desenvolve atividades contínuas e é possível que a cultura possa se alterar a fim de que tenhamos uma sociedade melhor, mais pacífica, mais justa, mas isso não acontece em um estalar de dedos. A visão que trazemos é uma visão sistêmica, que possa ver o todo e, assim, passo a passo, compor para que a situação possa se alterar de forma definitiva com o tempo”, avaliou o Desembargador Roberto Bacellar.

8^o

ENAJE

ENCONTRO NACIONAL DOS JUÍZES ESTADUAIS

SÃO PAULO | 2024

SÃO PAULO SEDIARÁ O MAIOR EVENTO DA JUSTIÇA ESTADUAL

AMB inicia os preparativos do VIII Enaje, que será realizado em novembro de 2024

A capital paulista já se prepara para o maior evento da Magistratura estadual no Brasil – o Encontro Nacional de Juizes Estaduais (Enaje). A oitava edição do evento está prevista para ser realizada em novembro de 2024. Será um momento para debater o futuro da missão jurisdicional e celebrar as conquistas dos últimos anos.

São esperados mais de mil participantes, entre Juizes, Desembargadores e Ministros, durante os três dias de encontro. O Enaje é marcado por intensos debates sobre temas importantes para o Judiciário e para a sociedade. “Além da densa programação científica, capaz de levar os participantes à reflexão sobre temas relevantes para a Magistratura e para a sociedade, a troca de experiências é fundamental para o fortalecimento da Magistratura em face dos desafios contemporâneos”, afirmou o Presidente da AMB, Frederico Mendes Júnior.

O Enaje é realizado trienalmente pela AMB com o objetivo de promover o aprimoramento do Poder Judiciário, o aperfeiçoamento das ações institucionais e o conhecimento sobre a evolução da carreira. A última edição ocorreu em 2019, em Foz do Iguaçu (PR). Desta vez, o evento está sendo realizado em parceria com a Associação Paulista de Magistrados (Apamagis), presidida pelo Juiz Thiago Massad.

O encontro será uma oportunidade de retomar esse importante fórum de debates de aprimoramento do Poder Judiciário, principalmente da Magistratura estadual, que representa grande parte do volume de trabalho do Judiciário brasileiro.




“

Estamos ansiosos e orgulhosos de podermos sediar o nosso encontro depois de tanto tempo afastados. Será um grande retorno e esperamos atender às expectativas

afirmou a Coordenadora da
Justiça Estadual da AMB,
Vanessa Ribeiro Mateus

”

De acordo com a Juíza Vanessa Mateus, os Magistrados poderão “se ver dentro do Congresso”, que será um grande encontro da Magistratura e contará com convidados especiais. “O objetivo é discutir o Magistrado, a Magistratura, o Poder Judiciário, o trabalho do Magistrado, discutir quais são os entraves e preocupações que a Magistratura encontra hoje”, destacou. 

Na Quali, sua saúde tem escolha.

SulAmérica
Saúde

Unimed
Nacional

Ligue agora:



(61) 3701-2210



(61) 99640-8765



Rede de hospitais,
laboratórios e
médicos de excelência*



Opções de planos
com reembolso



Ótimo custo-benefício
e condições especiais



Se preferir, simule
seu plano em:



Ou acesse
qualicorp.com.br/planos

*A disponibilidade e as características da rede médica e/ou benefício especial podem variar conforme a operadora de saúde escolhida e as condições contratuais do plano adquirido. Planos de saúde coletivos por adesão, conforme as regras da ANS. Informações resumidas. A disponibilidade e as características da rede médica, do benefício especial e do reembolso podem variar de acordo com as condições contratuais do plano adquirido. A comercialização dos planos respeita a área de abrangência das operadoras de saúde. Os preços e as redes estão sujeitos a alterações, por parte das operadoras de saúde, respeitadas as condições contratuais e legais (Lei nº 9.656/98). Condições contratuais disponíveis para análise. Dezembro/2023.

SulAmérica
ANS nº 005622

Central Nacional Unimed
ANS nº 339679

Qualicorp
Ativ. de Benefícios
ANS nº 417173

CPI DA AMB PREPARA PESQUISA SOBRE DIREITOS DOS POVOS ORIGINÁRIOS

Levantamento inédito feito com entidades parceiras apresenta jurisprudência da Corte Superior entre os anos 2000 e 2022



O Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem dedicado atenção crescente aos casos relacionados aos direitos dos povos indígenas. Essa é uma das constatações preliminares da pesquisa “Como decide o STJ sobre o direito das populações indígenas”, que está sendo realizada pelo Centro de Pesquisas Judiciais da Associação dos Magistrados Brasileiros (CPI/AMB) e instituições parceiras.

O levantamento está em fase de conclusão e será apresentado no início de 2024. A iniciativa também envolve o Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), o JusBrasil e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

Juntas, AMB e as entidades firmaram parceria para a análise das decisões da Corte no período entre os anos 2000 e 2022.

“Estamos avaliando toda a jurisprudência do STJ e constatamos que, de fato, a Corte tem atuado como um Tribunal de Cidadania, preservando os direitos dos povos indígenas que historicamente ocuparam o território nacional”, afirmou o Diretor-Adjunto do Centro de Pesquisas Judiciais da AMB, Desembargador Clayton de Albuquerque Maranhão, que acrescentou: “É uma pesquisa inédita, que dá transparência a toda a jurisprudência que foi sendo desenvolvida desde o ano 2000 até os tempos atuais. É um trabalho da AMB e de seus parceiros que leva à sociedade informações sobre a seriedade e dedicação do Poder Judiciário”.

TUTELA

Para realizar o levantamento, os pesquisadores partiram de metodologias da pesquisa empírica e descritiva, com uso das ferramentas de jurimetria.


A pesquisa quantitativa e qualitativa da jurisprudência do STJ tem por foco a tutela efetiva, tempestiva e adequada dos direitos sobre as terras que os povos indígenas tradicionalmente ocupam; as repercussões ambientais e sanitárias de suas violações; os crimes praticados contra indígenas; e o direito de acesso ao Judiciário por pessoas e povos indígenas.

O trabalho partiu da extração de dados de 1.251 acórdãos e 6.629 decisões monocráticas, em informações que foram depuradas até se chegar a 344 decisões que, efetivamente, abarcam processos que tratam de direitos dos povos indígenas. A maior parte trata questões sobre a posse de terra, tais como pedidos de anulação de demarcação ou solicitação para demarcação.

Há também casos de crimes praticados contra indígenas, questões ambientais e de pesquisa envolvendo terras indígenas, ações envolvendo estruturação indígena (saúde, educação e infraestrutura básica) e processos de caráter previdenciário.

“De acordo com a análise dos dados referentes ao período de 2000 a 2022, observa-se que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem dado crescente atenção aos casos relacionados aos direitos indígenas. Em média, o

STJ decide cerca de 15 a 16 desses casos por ano, embora haja uma variação significativa de um ano para outro”, informa o levantamento.

No diagnóstico sobre a situação atual dos povos, a pesquisa cita dados do Censo de 2023 indicando a existência de aproximadamente 1,6 milhão de originários no país, distribuídos em 305 etnias. Desse total, 57% ocupam 505 terras indígenas. 

POVOS ORIGINÁRIOS

■ 1,6 MILHÃO DE PESSOAS

■ 305 ETNIAS

■ 57% OCUPAM 505 TERRAS INDÍGENAS

FONTE: CENSO DE 2023

ENM MAIS PRÓXIMA DA MAGISTRATURA: A ESCOLA REFORÇA A POLÍTICA DE INOVAÇÃO



Em 2024, a instituição quer aprofundar o plano de internacionalização e de convênios com universidades, a fim de trazer o que há de mais atual nas ciências jurídicas para a comunidade jurídica

Nos últimos anos, a Escola Nacional da Magistratura (ENM) tem definido diversas estratégias para aumentar a capilaridade da instituição no Judiciário. As novas tecnologias para a promoção do ensino a distância e os convênios com instituições de prestígio contribuem para o aprimoramento dos estudos e pesquisas relevantes para o campo acadêmico e profissional.

A cada ano, a escola aumenta a sua capacidade de formação continuada e aperfeiçoamento de Magistrados. Em 2023 não foi diferente: a ENM teve um total de 740 inscritos em cursos e ciclos de palestras.

No total, foram oferecidas 23 ações educacionais. Dentre essas, a ENM realizou nove formações credenciadas pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM) em prol da carreira de Magistrados associados à AMB.

Em 2024, a Direção da ENM prepara novidades, com cursos que atendam aos desafios da Magistratura. A Escola pretende aumentar a oferta de seminários, para abranger um público ainda maior. “Nos últimos anos, a instituição aproximou-se ainda mais dos Magistrados. Agora, precisamos nos aproximar da sociedade para fortalecer o Poder Judiciário como um todo. Para isso, buscamos um corpo docente conectado com as questões prementes da atualidade”, explicou o Diretor-Presidente da ENM, Desembargador Nelson Missias de Moraes.

NOVAS PARCERIAS

Em outubro de 2023, foi renovada a parceria com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) e com a Accademia Juris Roma, renomada instituição que oferece cursos focados em compartilhar experiências entre autoridades jurídicas da Europa e da América Latina. A iniciativa faz parte da política de internacionalização da escola.

“O fenômeno da globalização é responsável por dinamizar as relações de ensino, proporcionando autonomia e criatividade no ambiente acadêmico-científico. Por meio do Plano de Internacionalização da ENM, é possível oferecer experiências enriquecedoras aos Magistrados”, afirmou o Presidente da Escola.


NOVA CERTIFICAÇÃO JURÍDICA


A ENM lançou, em parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), o curso “O Tratado Internacional na Ordem Jurídica do Brasil”, ministrado por Francisco Rezek, que foi Juiz da Corte Internacional de Justiça, Ministro das Relações Exteriores e Ministro do Supremo Tribunal Federal. A certificação discute as questões mais relevantes em Direito Internacional, sobretudo a temática dos Tratados.

A ENM oferece mais 18 Certificações Jurídicas em parceria com a PUC-RS, que cobrem amplas áreas de estudo destinadas aos estudantes e profissionais do Direito. As aulas contam com grandes nomes do Judiciário.

CICLO DE PALESTRAS

O Ciclo de Palestras apresentou o que há de mais atual na área do Direito. Nos últimos meses, foram apresentados os temas “A Linguagem Simples no Poder Judiciário”, “Gestão Judicial Inovadora” e “Regularização Fundiária”.

Todas as edições do Ciclo de Palestras contam com materiais exclusivos e são realizadas por meio da plataforma Moodle, o que garante um aprendizado eficiente e adaptado à rotina dos Magistrados. 



TEMPEROS DO BRASIL

NORTE

por Heloisa Helena da Silva Gato,
Juíza de Direito do TJ-PA

PATO NO TUCUPI

É um dos pratos mais conhecidos da culinária paraense, que tem sua origem nos povos originários e é somada principalmente à cozinha trazida pelos portugueses. Está presente na mesa do paraense em todas as celebrações importantes, assim como em um simples almoço de domingo, basta “bater aquela vontade”. A preparação do pato no tucupi vem rodeada de ritual e segredos, começando o passo a passo, com a escolha do pato, após lavar e limpar bem, temperar com sal, alho, pimenta-do-reino e cominho. Alguns ainda usam o limão ou vinho branco, para dar um charme no tempero. Deixar descansar e após levar ao forno, podendo ser assado por inteiro ou em pedaços, regando com o próprio caldo que se forma durante o tempo de cozimento, até ficar tenro e dourado.

FOTO: CYBERCOOK

CENTRO-OESTE

Por Débora Cristina Santos Calaço,
Juíza do TJDFT

PAMONHA

A pamonha é fruto de uma mistura artesanal, cujas proporções são segredos guardados pelas famílias: massa de milho, banha de porco ou manteiga de leite quente, sal ou açúcar e nada mais. A iguaria remonta à criatividade dos povos originários e está em todo o país, mas é no meu Estado de Goiás que é mais bem servida. A pamonha é celebrada nas pamonhadas nos tempos das chuvas, quando a família toda se reúne, cada um com uma tarefa: limpar e ralar o milho, temperar a massa, embalar na palha, vigiar o cozimento no fogão caipira. Em Goiás, a pamonha pode ser “de doce”, “de sal” ou “à moda”, quando é recheada com linguiça caipira. Em minha memória, guardo a cena da chuvinha típica dos meses de início de ano, quando família e amigos comemoram a fartura na mesa com uma pamonha acompanhada de um bom cafezinho. Em tempos líquidos, a pamonha é acalento para os corações que gostam de guardar as boas tradições. Não deixe de prová-la!

FOTO: CYBERCOOK

SUL

Por Vera Lucia Deboni, Assessora Especial da Presidência da AMB, Secretária da Infância e Juventude da AMB e ex-Presidente da Ajuris

CUCA

A cuca é um alimento versátil, que pode ser apreciado em qualquer ocasião. É perfeita para um café da manhã reforçado, um lanche da tarde ou até mesmo uma refeição completa. Ao saborear uma boa cuca no Rio Grande do Sul, você não apenas experimenta uma deliciosa fusão de influências alemãs, italianas e gaúchas, mas também testemunha a magia que acontece quando culturas se entrelaçam, dando origem a algo verdadeiramente extraordinário. A receita original da cuca é alemã, com suas coberturas, mas recebeu adaptações ao paladar gaúcho, que acolheu a inclusão de ingredientes típicos da culinária italiana, como frutas e recheios de embutidos e queijos, suculentos e saborosos. É nossa versão gaudéria da fusion food.

NORDESTE

Por Carmen Maria Paiva Ferraz Soares,
Juíza do TJ-PI

ARROZ COM CAPOTE

O Piauí é rico em matéria de gastronomia, temos diversos pratos típicos oferecidos na nossa região, tais como: carne de sol, Maria Isabel, galinha caipira, arroz com capote, paçoca, panelada. Dentre elas, o arroz com capote é um dos pratos típicos da culinária piauiense mais procurados. No Piauí, o capote é utilizado em uma série de receitas típicas, mas uma das mais marcantes com certeza é o arroz com capote, uma espécie de arroz à grega acrescido da carne da galinha d'angola.

FOTO: LUCIANO CUSTODIO / BRASILAGOSTO.ORG

SUDESTE

Por Jair Francisco dos Santos,
secretário da AMB e Juiz do TJ-MG

TUTU À MINEIRA

Um dos grandes clássicos da culinária sudestina é o tutu de feijão à mineira, um prato simples, mas que se destaca como uma iguaria brasileira. O preparo consiste em bater feijão cozido no liquidificador, refogar ao azeite ou banha de porco com cebola e alho picados e finalizar adicionando farinha de mandioca até que se forme uma pasta. O prato é tradicionalmente servido com ovos fritos e torresmo, e para os mineiros, é uma verdadeira viagem de volta à infância. 🇧🇷

FOTO: TUDOGOSTOSO.COM.BR

FOTO: GIOVANI DRESSLER / ADOBESTOCK.COM.BR

O RESGATE DA MEMÓRIA HISTÓRICA

A 3ª Caminhada Negra e o 6º Enajun marcam a luta contra a invisibilidade e o apagamento dos capítulos históricos que tratam do protagonismo da população afro-brasileira. Os eventos fazem parte de um paradigma no qual se destaca a narrativa do Brasil sob um novo olhar e o fortalecimento da comunidade jurídica negra do País

Há um abismo histórico resultado das discriminações e do silenciamento sobre as contribuições fundamentais da população negra para a construção do Brasil, que repercute negativamente no imaginário coletivo, levando ao desconhecimento sobre os fatos e os protagonistas afro-brasileiros. A raridade dos registros denuncia o apagamento da população negra nos eventos políticos e sociais do país. A verdade versus a história documentada sugere o cenário do Brasil - Colônia, Contemporâneo e Moderno - como um quebra-cabeça com muitas peças faltando. Em face do racismo estrutural, a partir do qual os papéis principais do enredo da nação brasileira são conferidos às classes dominantes, a Caminhada Negra é o movimento que reconta as narrativas sob o olhar do heroísmo negro, e o Encontro Nacional de Juízas e Juizes Negros (Enajun) busca valorizar e prestigiar a comunidade jurídica negra brasileira.

A 3ª Caminhada Negra foi organizada pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) em parceria com as filiadas - Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA); Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (Amaerj); Associação dos Magistrados do Distrito Federal (Amagis-DF); Associação Paulista de Magistrados (Apamagis); Associação Cearense de Magistrados (ACM); Associação dos Magistrados da Bahia (AMAB); Associação de Magistrados do Estado do Pará (Amepe); Associação dos Magistrados do Amapá (Amaap); Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis); Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar); Associação dos Magistrados do Rio Grande do Sul (Ajuris); e Associação dos Magistrados de Sergipe (Amase).

A expedição cultural desta edição contemplou 12 cidades e Brasília. Os participantes caminharam pelas ruas de Salvador, Belém, Macapá, São Paulo, Fortaleza, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Aracaju, Belo Horizonte, São Luís, Olinda e Curitiba, em roteiros que contemplam a trajetória dos negros do Brasil. Segundo o Diretor-Geral de Igualdade Racial da AMB e Vice-Presidente da AMMA, Marco Adriano Fonseca, esta foi a maior caminhada de todos os anos.

“Foi uma experiência fantástica mobilizarmos Magistradas, Magistrados e seus familiares para estarmos juntos nesta caminhada, uma verdadeira imersão histórico-turístico-cultural, um momento de congraçamento entre associados da AMB, que oportunizou a criação de memórias afetivas e principalmente a sensibilização e a conscientização acerca do protagonismo e das contribuições da população negra na sociedade brasileira, a partir de demarcadores históricos, culturais, econômicos e sociais”, afirmou o Diretor-Geral de Igualdade Racial da AMB.

Uma das participantes da Caminhada foi a Ministra Edilene Lobo (TSE), que percorreu as ruas de Belo Horizonte (MG). A primeira mulher negra a ocupar o cargo do Tribunal Superior Eleitoral elogiou a iniciativa da AMB.


“Ao circular pelas ruas de Belo Horizonte, com paradas estratégicas para avaliar, criticamente, o apagamento da população negra também da história urbanística da cidade – sem monumentos que celebrem o povo que ajudou a construir a nação brasileira com seu suor e sangue –, refletimos sobre a necessidade de falarmos de Justiça Reparatória. Significa falarmos de mais inclusão e visibilidade das pessoas negras nos espaços decisórios; da distribuição igualitária das riquezas; no acesso livre e franco à educação de boa qualidade; no direito de usufruir das cidades e seus equipamentos sociais; enfim, tirar do papel a democracia substancial prometida, com igual respeito e consideração material para com todas as pessoas, dando preferência ao maior contingente populacional, no qual estão as pessoas negras”, afirmou a Ministra.

Entre os participantes, estiveram representantes das Associações de Magistrados estaduais, regionais e trabalhistas, além de membros de Tribunais locais – Presidente do TJ-MA, Desembargador Paulo Velten, o Desembargador Wagner Cinelli (TJ-RJ) e o Desembargador Helder Ibiapina (TJ-CE). O evento contou com apresentações culturais e danças típicas durante a Caminhada de São Luís e de Macapá.

ENAJUN

“O Brasil é o país da diversidade e, entre os construtores da nacionalidade, talvez nenhum povo tenha sido tão decisivo nem tenha sofrido tanto quanto o povo negro, pela escravização, pelas violências cruéis que sofreu e pela abolição sem nenhum tipo de preocupação com a inclusão social. Tem sido longo caminho para superar as vicissitudes de uma história que foi penosa e, conseqüentemente, cruel e com pouco reconhecimento”, destacou o Presidente do CNJ e do STF, ministro Luís Roberto Barroso, na abertura do Encontro Nacional de Juízas e Juizes Negros (Enajun) e o 3º Fórum Nacional de Juízas e Juizes contra o Racismo e Todas as Formas de Discriminação (Fonajurd).

Os eventos estão consolidados no calendário da Magistratura. A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), que a cada ano vem contribuindo para a divulgação dos encontros, também esteve presente. O Diretor-Geral de Igualdade Racial, Marco Adriano Fonseca, foi o mediador do painel “Resistir para (re)existir: estratégias de luta e de permanência da população negra no Brasil”.

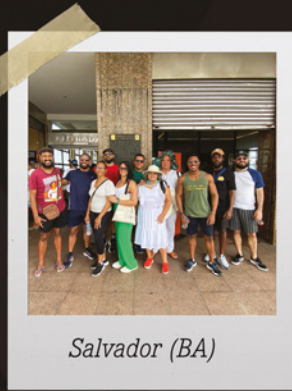
De acordo com o Presidente da AMB, Frederico Mendes Júnior, as iniciativas buscam chamar a atenção para a grande contribuição da população negra ao País. “Tanto a Caminhada quanto o Enajun e o Fonajurd são eventos consolidados na agenda da Magistratura brasileira e o nosso objetivo é, a cada ano, ampliar o alcance e a representatividade”, comentou o Presidente da AMB. 



III CAMINHADA
NEGRA
2023



Aracaju (SE)



Salvador (BA)



São Luís (MA)



Macapá (AP)



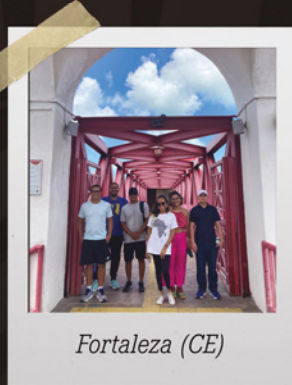
Belém (PA)



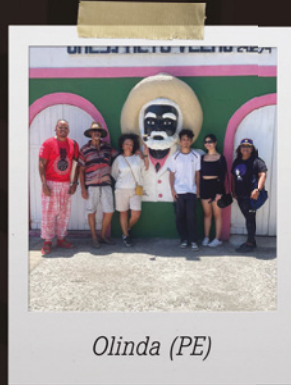
Belo Horizonte (MG)



Curitiba (PR)



Fortaleza (CE)



Olinda (PE)



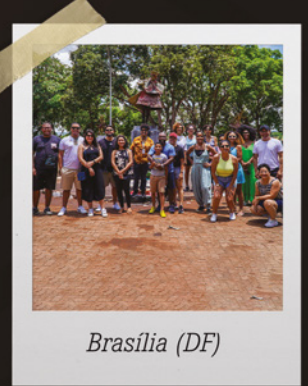
Rio de Janeiro (RJ)



São Paulo (SP)



Porto Alegre (RS)



Brasília (DF)



Como evitar a devolução de Cartas Precatórias sem cumprimento nas avaliações e alienações judiciais

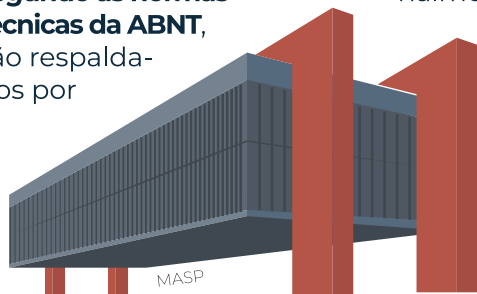


Magistrados(as),

Reconhecemos a urgência e complexidade enfrentadas nas cartas precatórias destinadas à avaliação e alienação de bens construídos. Em resposta a esses desafios, Hécio Kronberg, avaliador e leiloeiro designado nos termos do artigo 870, § único do CPC, oferece uma solução que redefine a eficiência processual.

Sem a necessidade de antecipação de valores pelos exequentes, Kronberg agiliza o atendimento à vara judicial, realizando diligências diretamente no juízo universal ou da execução, em conformidade com os princípios de legalidade, economia processual, celeridade, transparência, eficácia e impessoalidade.

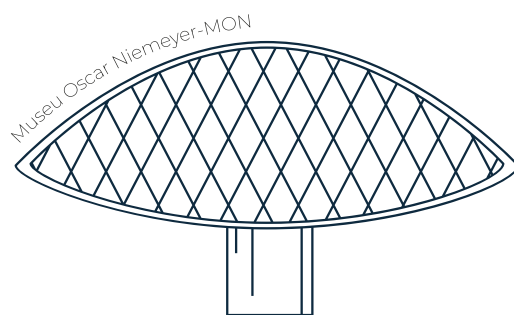
Nossos laudos, elaborados segundo as normas técnicas da ABNT, são respaldados por



uma equipe multidisciplinar composta por especialistas em Administração, Contabilidade, Cartografia, Agronomia, Geologia e Engenharia Civil, Elétrica e Mecânica. **Isso garante avaliações ágeis e precisas, com visitas in loco.**

Diante de impugnações, oferecemos respostas imediatas com fundamentação sólida ou refazemos reconhecendo pontos relevantes. **Após a homologação do laudo, auxiliamos na expedição de intimações, edital, certificação dos resultados dos leilões**, auto de arrematação e assistência na emissão de carta ou mandado de entrega.

Com mais de 24 anos de expertise em leilões, Kronberg atua em todos os ramos da Justiça, nacionalmente. **Sua equipe especializada proporciona análise jurídica detalhada e ampla publicidade**



dos atos praticados, gerando soluções e benefícios para as partes envolvidas e para o judiciário.

Explore a eficiência em cartas precatórias. Descubra o Método Hécio Kronberg em:

kronbergleiloes.com.br

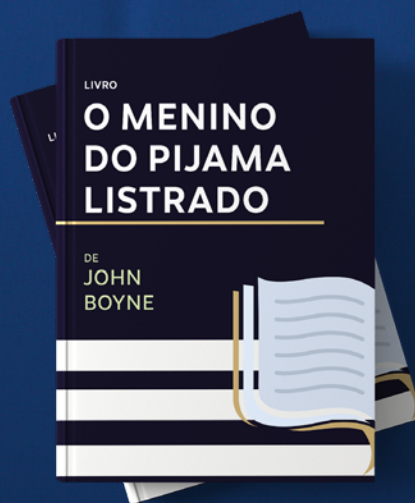
Contate-nos:
contato@kronbergleiloes.com.br

Acelere os processos judiciais conosco!



CLUBE DE LEITURA

da AMB



OS CLÁSSICOS DA LITERATURA UNIVERSAL MARCARAM O CLUBE DE LEITURA DA AMB EM 2023

Para este ano, a Diretoria Cultural já preparou a lista das indicações de leitura e planeja a criação de um grupo de discussão de obras para filhos e netos de Magistrados associados, com livros voltados para o público infantojuvenil

Em 2023, 10 livros de grande repercussão foram compartilhados pelo Clube de Leitura da AMB. Durante os encontros, realizados pela Diretoria Cultural, os participantes abordaram as descobertas, alegrias, angústias e superações de personagens complexos, em roteiros imprevisíveis e histórias marcantes.

A obra **Em louvor da sombra**, do escritor japonês Junichiro Tanizaki, abriu os trabalhos em março. O livro descortina a cultura nipônica e apresenta a dualidade atual em que costumes ocidentais têm alterado a vida dos japoneses, trazendo modernidade e inovações, mas ameaçando tradições seculares.

Do choque de cultura entre oriente e ocidente, o Clube de Leitura passou, no fim de março, às reflexões de nostalgia e juventude suscitadas pela romancista japonesa Banana Yoshimoto, no livro **Tsugumi**.

Da sutileza de **Tsugumi**, os leitores migraram, em abril, para a vibrante obra **Capitães da areia**, de Jorge Amado, num retrato vivo da infância de crianças em situação de vulnerabilidade.

Dos meninos brasileiros, o Clube de Leitura passou aos meninos britânicos em **O senhor das moscas**, de William Golding, um mergulho nas profundezas da psicologia humana na história da luta pela sobrevivência de crianças presas em uma ilha deserta.

Em seguida, os leitores vivenciaram a tênue sensibilidade de Clarice Lispector em **Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres**, lida em julho, uma publicação de 1969 totalmente atual.



Dessa cadência existencial, os amantes da literatura sentiram, em agosto, o drama de ***O último dia de um condenado***, de Victor Hugo. Um grande clássico de 1829 sobre o direito e a pena de morte.

Mantendo a temática jurídica, em setembro, os participantes do Clube de Leitura conheceram a Juíza Fiona Maye, personagem de ***A balada de Adam Henry***, do escritor britânico Ian McEwan. A Magistrada, que vai lidar com um processo que trata de doença e religião, é descrita por um colega de carreira como possuidora de “imparcialidade divina e inteligência diabólica”.

O drama político pessoal foi a tônica de outubro em ***O menino do pijama listrado***, do escritor irlandês John Boyne, com os leitores acompanhando, página por página, a amizade entre um menino alemão e um garoto judeu tendo por pano de fundo um campo de concentração em uma cidade alemã durante a Segunda Guerra Mundial.

Em novembro, foi a vez de ***Madrugada suja***, do escritor português Manuel Souza Tavares. A obra apresenta as transformações do país nos últimos 40 anos e brinda o leitor com o imponderável que marca a vida de todos.

No passeio do Clube de Leitura por obras do Japão, Brasil, Reino Unido, França, Irlanda e Portugal, os leitores encerraram o ano com ***O velho e o mar***, do americano Ernest Hemingway, um livro sobre a solidão e a incompreensão, mas também sobre a persistência.

A Desembargadora Aposentada do TJ-RS, Genacéia da Silva Alberton, fala sobre a satisfação de integrar o grupo e a oportunidade de intercâmbio de conhecimentos, especialmente literários. “O que nos une é a humanidade e o gosto pela literatura. A sugestão de leituras possibilita um retomar de obras clássicas, assim como o contato com a literatura contemporânea. Os encontros mensais do Clube de Leitura da AMB são momentos prazerosos de encontro, de amizade, de diálogo e cultura”.



Nas palavras do Juiz Hermance G. Pereira, do TJ-PB, integrar o Clube de Leitura da AMB é uma experiência significativa e instigante. “Mesmo quem gosta muito de ler tende a se dedicar exclusivamente aos estilos preferidos, o que, ao longo da vida, restringe a vastidão da paisagem literária. O Clube instiga a leitura de alguns livros que, normalmente, não seriam nossas primeiras escolhas nas prateleiras das — quase extintas — livrarias. Compartilhar as impressões obtidas a partir do texto com outros leitores enriquece o processo cognitivo e até mesmo o prazer da leitura”.

PRÓXIMAS LEITURAS

Entre encantamento e vastas emoções, os Magistrados se preparam para grandes leituras também em 2024.

Segundo o Diretor-Geral Cultural da AMB, Kéops Vasconcelos, uma lista de publicações está em preparação para o próximo ano. “Nossa finalidade é congrega Magistrados de todo o país em torno do estudo de obras literárias clássicas e contemporâneas, nacionais e estrangeiras, como uma forma de ampliar o conhecimento, propiciar uma maior integração e servir como válvula de escape para as tensões do dia a dia estressante e fatigante da atividade de julgar”, diz.

Para o próximo semestre já foram escolhidas algumas obras: ***O estrangeiro***, de Albert Camus; ***Hamlet***, de William Shakespeare; ***O coração é um caçador solitário***, de Carson McCullers; e ***Maldito Seja Dostoiévski***, de Atiq Rahimi.

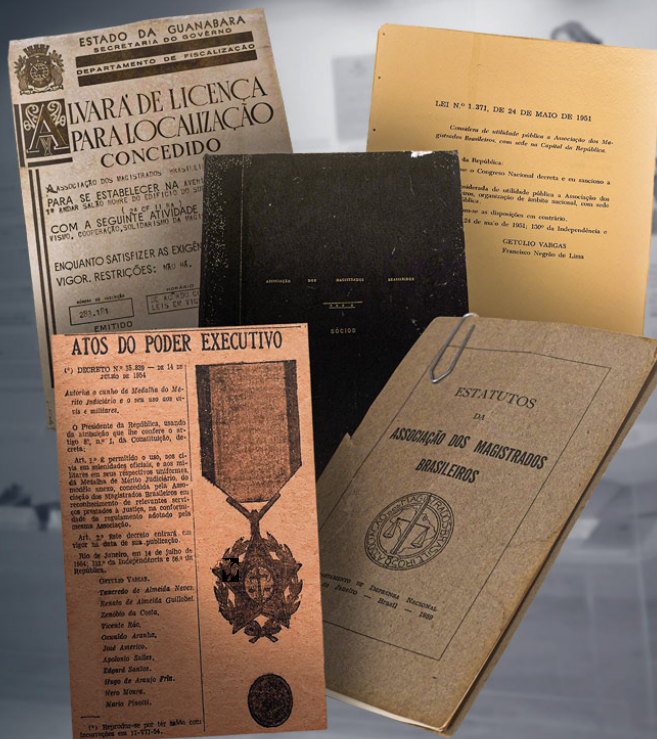


PARTICIPE!

O Clube de Leitura da AMB é destinado a todos os associados. Para participar, **encaminhe um e-mail para clubedeleitura@amb.com.br** e receba toda a programação com os links dos encontros mensais. 📧

MUSEU DO STF

CONHEÇA A HISTÓRIA DA AMB NO MUSEU DO STF



Acesse o QR Code e viva a experiência de ver a história da Magistratura Brasileira através do Tour 360°.



Nosso estado muito bem tratado.



+de **R\$ 1,1 bilhão** investidos em água tratada.

+de **R\$ 930 milhões** investidos no sistema de esgoto.

+de **R\$ 2 bilhões** investidos em saneamento nos últimos 4 anos.

Goiás hoje é referência nacional em saneamento.

COMPOSIÇÃO GERAL DA DIRETORIA

PRESIDENTE

Frederico Mendes Júnior

VICE-PRESIDENTES

Andrea Cristina de Souza Haus Waldrigues
Angelo Antônio Alencar dos Santos
Cláudio Luís Martinewski
Emanuel Bonfim Carneiro Amaral Filho
Eunice Bittencourt Haddad
Fernando Chemin Cury
Joriza Magalhães Pinheiro
Julianne Freire Marques
Marcelo Pizolati
Nilton Santos Oliveira
Patrícia Machado Carrijo
Rosimere das Graças do Couto

COORDENADORIA

COORDENADOR DA JUSTIÇA FEDERAL

Anderson Furlan Freire da Silva

COORDENADORA DA JUSTIÇA ESTADUAL

Vanessa Ribeiro Mateus

COORDENADOR DA JUSTIÇA MILITAR

Paulo Adib Casseb

COORDENADOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Sérgio Polastro Ribeiro

COORDENADORA DOS APOSENTADOS

Leila Torelly Fraga

SECRETARIA-GERAL

SECRETÁRIO-GERAL

Adriano Gustavo Veiga Seduvim

SECRETÁRIOS

Carlos Alberto Martins Filho
Geraldo Dutra de Andrade Neto
Jair Francisco dos Santos
Marcel Ferreira dos Santos

TESOURARIA

TESOUREIRA

Maria Isabel da Silva

TESOUREIRO-ADJUNTO

Marcio José Tokars

CONSELHO FISCAL

Alexandre Miguel
Gustavo Adolfo Plech Pereira
Jussara Schittler dos Santos Wandscheer
Marianne Judice de Mattos
Thiago Brandão de Almeida

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

DIRETOR-GERAL

Paulo Eduardo Huergo Farah

DIRETORES

Marcela Santana Lobo
Rogério Ribas

EXPEDIENTE

EDITORA-CHEFE

Carollina Andrade

EDITOR EXECUTIVO

Jonathas Nacaratte

REPÓRTERES

Henrique Bolgue
Luciana Otoni
Rayssa Carneiro

FOTOGRAFIA E VIDEO MAKER

Lucas Borges

DIAGRAMAÇÃO E DESIGNERS

Gabriel Medeiros
Kennedy Silva
Rodolfo Bayma

COLABORAÇÃO

Novo Selo

REVISÃO DE TEXTO

Pedro Galas


PERIODICIDADE


Trimestral

AMB+





AMB
Associação dos
Magistrados
Brasileiros


 amb.com.br

 facebook.com/magistradosbrasileiros

 x.com/magistradosbr

 instagram.com/magistradosbr

 youtube.com/AMBMagistrados

 flickr.com/magistradosbrasileiros